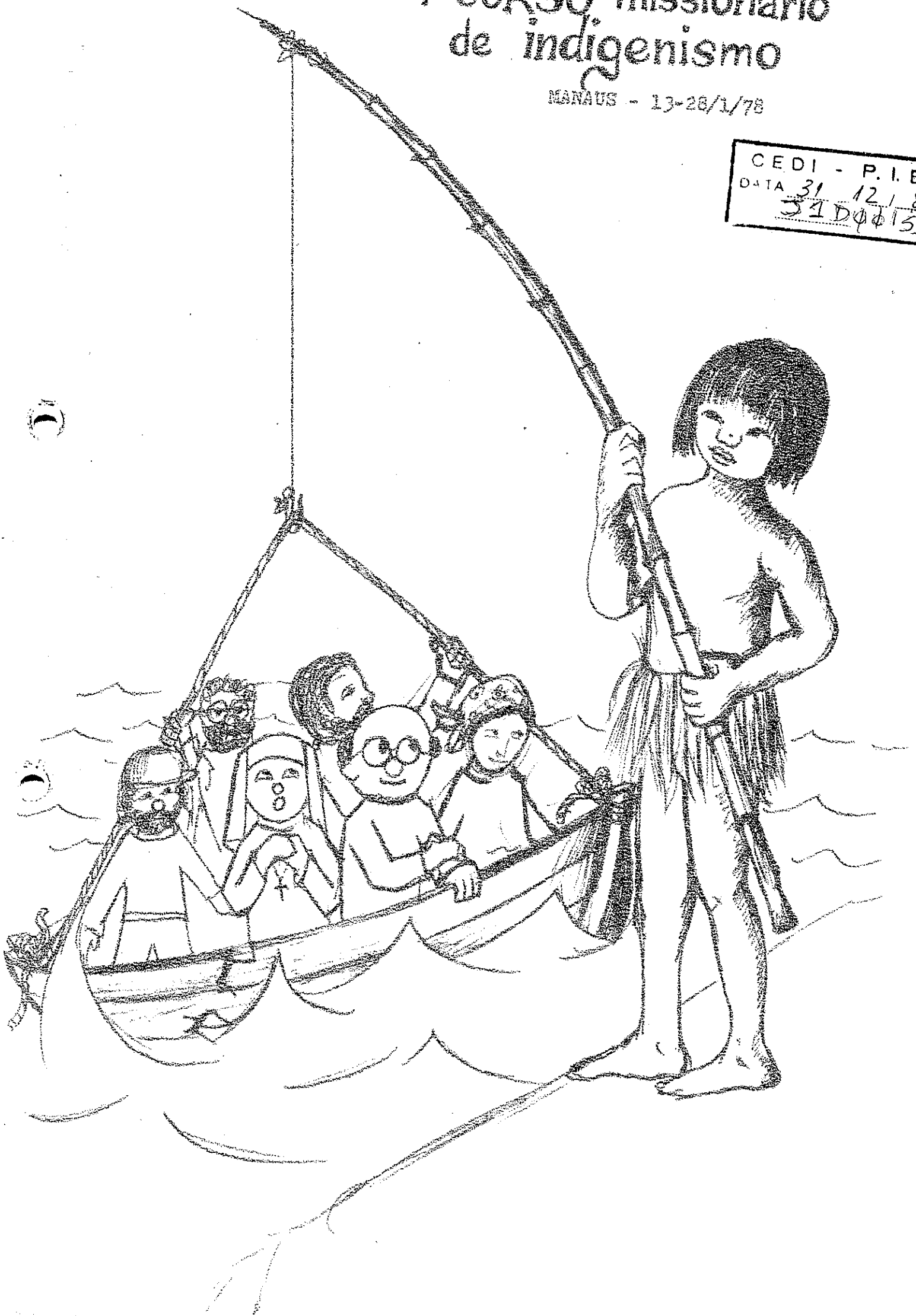


4° CURSO missionario de indigenismo

MANAUS - 13-28/1/78

CEDI - P. I. B.
DATA 31 12 86
31 D 00155



- TEMÁRIO -

I. dias 14 e 15 de janeiro: prof. Carlos Alberto Ricardo, prof. - da UNICAMP.

TEMA: análise da situação atual das populações indígenas da região:

- atuação da FUNAI, Universidades, Institutos
- atuação da Igreja (das Missões)

II. dias 15 (parte da tarde), dia 16 e dia 17 (até o meio dia): prof. Darci Ribeiro

TEMA: contribuição da Antropologia para a compreensão dos povos:

- que é antropologia?
- histórico, principais orientações teóricas, contribuição das diversas correntes antropológicas.
- relato de suas experiências como antropólogo.
- processo de transfiguração étnica.
- política indigenista oficial - intervenção protecionista
 - a- apanhado histórico (colônia, império, república)
 - b- estatuto do índio (legislação atual)

III. dia 18 (parte da manhã)-prof. Consuelo Alfaro:

TEMA: educação indígena.

IV. dia 18 (parte da tarde), prof. José Oscar Peozzo:

TEMA: processo histórico de contato dos índios da Amazônia com a sociedade nacional.

- frentes pioneiras: ocupação territorial
- história da Igreja da Amazonia

V. dias 21 e 22 de janeiro: prof. Carlos Alberto Ricardo, prof. Pe. Paulo Menezes

TEMA: modelo de desenvolvimento:

- situação dos camponeses e problemática da ocupação da terra.

VI. dias 23 e 24 janeiro: prof. Carmem Junqueira, da PUC-SP.

TEMA: problemas decorrentes da fricção interétnica:

- problemática da integração

VII. dias 25, 26, 27, 28 de janeiro: Teologia:

TEMAS: teologia da missão: Pe. Joaquim Garcia Sanches, do Centro de Estudos Teológicos de la Amazonia (C.E.T.A.) Peru

- linhas de ação das missões: com Tomas Balduino
- perspectivas futuras de atuação: colaboração de todos-presentes, especialmente de representantes do Regional da CNBB e das Prelazias.

VIII. durante algumas noites: análise de experiências concretas que os diversos missionários vêm fazendo.

DIAS	GRUPOS
15-	Tucano
16-	do Acre
17-	Macu
18-	de Roraima
21-	Yanoname
22-	Bororo e Xavante
24-	Alto Solimões.

DIA 15- O QUE É A ANTROPOLOGIA?

Antropologia é aquilo que os antropólogos fazem, diferente - às vezes, do que eles dizem. É um modo de se exercer como homem e como cidadão. Ninguém faz antropologia indiferentemente, de maneira apolítica, também todo missionário tem as suas motivações ideológicas. É ter consciência do próprio papel: compromisso com a vida e a insatisfação com a sociedade como ela se encontra.

Antropologia é uma ciência, que trata de três coisas. Notamos que antropologia como ciência é algo recente e surgiu no séc. XIX. Antes era uma tarefa de naturalistas, missionários e viajantes.

A primeira tarefa do antropólogo (correspondendo ao primeiro campo) é compor uma teoria sobre o humano. O Antropólogo reconstitui os processos através dos quais os homens surgiram e como vieram a se tornarem como tal. Com dados e elementos de agora ele procura fazer um discurso para o homem de hoje com as suas necessidades mais profundas. Nesta primeira tarefa o antropólogo cria uma teoria de reconstituição histórica. Num segundo momento (correspondendo ao segundo campo) o antropólogo procura criar uma teoria que seja uma descrição sistemática, interpretativa e crítica sobre os homens observados como tais. A Antropologia adquire uma dimensão mais sistemática quase uma zoologia humana. Chama a atenção para os aspectos críticos desta fase: é importante se ter presente a quem se está servindo e como se está servindo. O terceiro momento exige uma postura que é raramente assumida, que é prever, antecipar, quais os desdobramentos prováveis da atividade humana, tanto para ajudar nas possibilidades melhores como para evitar desastres futuros. A antropologia vem a ser um novo humanismo científico que cobre estas três dimensões e as entrelaça. O verdadeiro antropólogo é o que encarna estas três dimensões. O fato de se conviver com um grupo não torna automaticamente alguém um antropólogo.

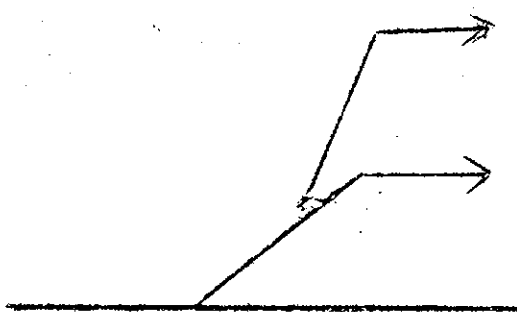
As três dimensões da antropologia (cobrindo as três ordens de coisas de que trata a antropologia) apresentam níveis de pesquisa:

- a- DIMENSÃO HISTÓRICA: compreende a paleontologia, paleoantropologia, e arqueologia.
- b- DIMENSÃO SISTEMÁTICA: compreende a bioantropologia, socioantropologia.
- c- DIMENSÃO FUTUROLÓGICA: compreende a utopia e a projetivística - esta terceira dimensão é polémica e até perigosa, porque sabemos de esforços para manipular homens enquanto ser biológico. A biosociologia está resurgindo na Europa. Ainda nesta dimensão queremos lembrar que a antropologia aplicada tem certos problemas devido sua atuação no passado.

Gostaria de voltar um pouco a primeira dimensão: HISTÓRICA queremos falar da teoria da origem das formas humanas e suas diferenciação. Ela assumiu a forma Darwiniana e Lamarquista que deram origem depois a certas sociologias que apresentavam posições sociopolíticas deletérias. Entre elas a RACIOLOGIA de Gobineau "Desigualdade das Raças". A ciência brasileira bebeu na fonte racista como se fosse a melhor coisa no campo da ciência. Na África ela serviu para justificar posição colonialista. No Brasil esta posição criou teorias que justificavam o atraso da colônia e da nação pelas razões de clima e raça e jamais abordavam as causas reais da exploração interna e externa. Este discurso não tinha base científica mais teve muita difusão por causa dos interesses de exploração colonial e classista interna.

Quero de passagem dizer que a diferença entre antropologia social e a antropologia cultural é meramente acidental. Não tem importância. Eu sou um antropólogo sem adjetivação.

O antropólogo ao estudar o fenômeno humano se vê diante de três tipos de fenômenos que estão relacionados e que formam um todo - mas que para questão didáticas convém discriminá-los.



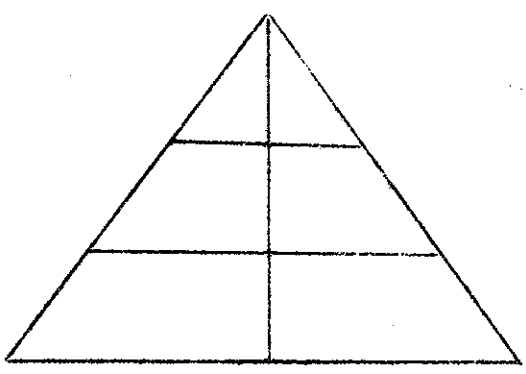
Fenômenos superorgânicos: estudo da comunidade humana na sua dimensão cultural.

Fenômenos orgânicos: estudo da matéria pre-existente em sua organização metabólica.

Fenômenos inorgânicos (físicos, geológicos, e astronômicos).

Estes fenômenos formam uma totalidade bem complexa: - tudo o que se sabe sobre os fenômenos inorgânicos é aplicável aos orgânicos, mas não o suficiente. Pode-se pedir uma precisão da biologia e não se pode dos fenômenos superorgânicos;

Poderíamos apresentar esta configuração da cultura em - outro tipo de gráfico

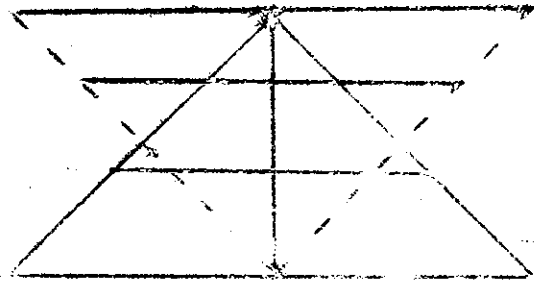


produto mental, expressãoda experiência associativa e adaptativa - (língua, arte, religião)

normas, princípios, regras, que regem o grupo.

meios para reproduzir a sobrevivência, nos diversos ambientes.

Notamos que as formas de variação, nestas três dimensões - estão em proporção inversas as suas configurações, no. eis.



formas de variação ideológicas

formas de associação

formas de adaptação

Origem da Antropologia Moderna: podemos dizer que esta origem se situa no suprasso do europeu diante o MUNDO NOVO. O fato das descobertas é mais importante do que a viagem a lua: desta-se aprendi que o terez é azul. As descobertas ocorridas entre - 1490 - 1530 exigiram uma revisão do mundo, uma revisão antropológica, pois na medida em que se afirmam-se ao não, que o índio era bicho, não tinha alma, as consequências seriam bem diversas. Paulo III interveio na polêmica afirmando que os índios são gente. De Vitória e Barcelona de Las Casas travam grandes polémicas. Percebeu-se que existia outro ponto de referencia além - do bíblico. Num segundo momento a antropologia tomou um caráter racista com Durkheim, Morgan (este sábio queria pelo estudo do parentesco saber tudo sobre o fenômeno cultural; depois que sua obra foi lida por aqui - ele foi marginalizado pelos cientistas norte americanos que o tacharam de comunistas, por causa dos sucessos da obra de Engels. Num terceiro momento a antropologia se desenvolve por obra de Franz Boas que iniciou a pesquisa de campo; este cientista não assumiu uma posição, acumulando pesquisas mas sem interpretá-las, por medo de ser colocado na linha - de Morgan. Finalmente com Malinowski e Redcliff Brown, a pesquisa de campo passou pela prova de fogo se tornando uma vez - cadeia operacional científica.

Em S. Paulo trabalhavam grandes cientistas como Levi Straus, R. Bastide e outros. Não estudei com nenhum deles. Não sofri influência deles. Meu professor foi Herbert Baldus, que além de grande cientista tinha um amor aos índios que julgo extra antropológico, de temperamento antinazista, de profundo interesse pela pesquisa de campo. Ele foi meu mestre e modelo, também por ser um antropólogo conivente: ao lado, a favor, com o índio. De 1946 - 1954 fiz pesquisas de etnologia, minha primeira experiência com indígena: os Kadiwé. Para ter meios e possibilidades de fazer minhas pesquisas entrei para o SPI (Serviço de proteção ao índio) e procurei criar uma infra estrutura teórica com a leitura intensa dos autores básicos. Devo confessar que entre os Kadiwé foi reeducado como ser humano. Um acidente me tirou de um campo (a falta de comunicação): folheando um livro com ilustrações dos enfeites e desenhos dos corpos indígenas desta tribo uma indígena reconheceu o retrato de uma sua antepassada -- E começou a cantar hinos de emoção. Também entre os Kadiwé aprendi que não devia tentar procurar aquilo que eu chamava mito "verdadeiro", que os mitos são explicáveis em vista das visões históricas do momento. Minha segunda pesquisa, entre os índios, foi Wáruhu que julgava o grupo Tupi mais próximo dos Tupinambá. Foi 1949 - 1951. Lá presenciei uma epidemia de sarampo que foi uma verdadeira catástrofe. Então percebi a futilidade da minha linha de ação estudando assuntos privilegiado, alheios aos problemas vitais de sobrevivência do grupo. Em 1953 trabalhei para a UNESCO numa pesquisa sobre a democracia racial no Brasil. A minha experiência e os meus estudos me fizeram sair do SPI e escrevi "Línguas e Culturas indígenas no Brasil", onde eu negava a existência daquela democracia e já afirmava a evolução do índio específico para o índio genérico. Depois trabalhei no parque do Xingu, e em seguida com os grupos Bororo e Xoklen, Kaingang. Minha experiência seguinte foi o Ministério da Educação no departamento de pesquisa. Depois organizei a UNB (Universidade de Brasília) em seguida foi chefe da casa civil do governo João Goulart. Em 1964 foi para o exílio e então procurei acertar contas comigo mesmo, dimensionar as inquietações das minhas experiências como antropólogo, tentar compreender a minha experiência de fracasso e tentar unir minha consciência que tinha linhas e posições conflitantes entre o político e o cientista.

No exílio procurei entender o que fosse a realidade nacional. E escrevi "Teoria do Brasil". Mais engavetei este livro -- por julga-lo insuficiente. Tentei então construir uma teoria do mundo, de maneira original: uma tentativa de reescrever a obra de Morgan e nasceu "Processo Civilizatório". Este livro está escrito numa perspectiva de periferia e não de centro e foi a primeira teoria do mundo partindo do terceiro mundo, apesar dos desestímulos de muitos que julgavam ser a discussão teórica um trabalho só para europeus. Depois escrevi o livro "América e a Civilização" que é um estudo das causas do desenvolvimento desigual na América e uma classificação tipológica dos povos nela residentes. Noutro livro escrevi com o título de "O Dilema da América Latina" que é uma teoria das classes sociais e das estruturas do poder.

Finalmente para curtir a mim mesmo escrevi algo diferente. Surgiu um romance: "Maira". Neste livro procuro ver o mundo com os olhos indígenas, sentir os problemas como se estivesse na pele indígena.

Processo de Transfiguração Étnica: (dia 16) - Darcy Ribeiro

Conceito etnia como povo e nação, só que os termos povo e nação têm componentes políticos e territoriais. Etnia é uma realidade fechada, autosuficiente e exclusiva (não posso ser Dessano e brasileiro como quadro de identificação interior) - Etnias são comunidades humanas, diferenciadas das outras e que guardam sua identidade interior e que são de uma resistência maior do que se pensa. Não falo de classes que são elementos importantes mas não exclusivos para análise de uma sociedade estratificada. Classe apareceu a pouco tempo e pode desaparecer. As-

As etnias são anteriores às classes. Além da luta de classes, há conflitos interétnicos, independentes das classes.

Com esta tomada de posição, conceituo índio como uma entidade diferenciada que tende a se perpetuar na sua identidade, com uma visão do mundo que torne sua vida dignificante. Os índios são etnias dentro de uma sociedade não estratificada, num nível de tribalidade. Apresenta-se, concretamente como tribo. Considero como membros de uma tribo aqueles que tiveram uma história comum, que tem consciência desta história. Indianidade é algo mais do que raça, vai além do fator concreto da cultura. Tem origem pre-colombiana tem uma continuidade histórica. Índio é aquele que se identifica e é identificado por outros como índio.

Aqui coloco uma questão que me parece muito prática. Em muitos lugares o dizer-se índio traz vergonha, porque o termo está muito carregado de negatividade. Precisamos inverter a situação: "é bom ser índio. O índio foi o primeiro brasileiro. O índio é uma raça, um povo forte. O índio pode nos ensinar". Mas, muito mais do que com palavras, é preciso uma atitude que mostre que realmente valorizamos o índio. Lembro-se o exemplo dos EUA, onde os negros, se sentindo valorizados, chegaram a dizer: "é belo ser negro".

Aspectos exteriores do processo de transfiguração étnica: existem fatores exógenos e endógenos aos índios que podem acelerar ou ser elemento de resistência neste processo.

Fatores exógenos: 1) Não depende dos indígenas a chegada de ordens externas que os surpreende. O índio é vítima. Ele se encontra diante de uma situação de confrontação. Nesta situação presencia-se uma grande disparidade de massas em confronto (a frente nacional em conexão com a sociedade estratificada em escala mundial avança em direção de tribos isoladas; além da disparidade notamos uma defasagem, no nível de organização (temos europeus, filhos de europeus, e mamelucos) contra os indígenas.

	1500	1800	1975
população nacional	----	4.000.000	120.000.000
população indígena	5.000.000	1.000.000	200.000

Um segundo fator exógeno: o destino das populações indígenas pode variar muito, dependendo da frente de expansão que estiver à sua frente. A frente extrativista é brutal, porque muitos indígenas se encontravam, depois de muitas perseguições, nas regiões de seringa; expansão agrícola, fonte dos grandes latifúndios que colocaram os índios para fora; expansão pastoril, que, com a criação de gado vai criando conflitos, pois as pastagens tendem a destruir o meio ecológico onde vive o índio e do qual tira sua sobrevivência.

Um terceiro elemento é a intensidade de contacto massiva, contínua da que foi traumática para os índios.

Entre os fatores endógenos ou internos: 1) encontramos tribos que têm uma predisposição aguerrida (Xavante, Waimiri) que dificulta o avanço das frentes; ao mesmo tempo encontramos índios de índole dócil (Oti-Xavante) que se entregavam aos brancos pacificamente. 2) Algumas culturas apresentam qualidades de rigidez ou de flexibilidade. 3) a postura da sociedade nacional ante os índios. Ela é cultura de floresta tropical e neste aspecto ainda é indígena tupinica. Os grupos indígenas de regiões de cultura tropical têm uma maior capacidade de interação com a sociedade nacional, e ficam menos protegidas; os grupos que não estavam nesta região, apresentam mais dificuldades e se defendem melhor (Xavante, Tapuia, Caiapo).

A intervenção protecionista: tanto a ação oficial como a ação missionária criam uma relação artificial com a sociedade nacional, seja com o objetivo de simples proteção, seja com propósitos de catequese. Quase sempre provocam a ruptura da solidariedade tribal.

Graus de integração: há heterogeneidade no grau de autonomia, dependência. Temos casos de isolamento total ao de integração total, muito embora o que ocorra neste processo seja a diminuição das populações indígenas. Não há assimilação, mas marginalização. Minha opinião é de que há grupos que participam de maneira diferente e até desigual dentro da sociedade nacional. Estes quatro graus de integração não foram percorridas por todos os grupos.

a) condições de isolamento: de contactos raros ou acidentais com os "civilizados". São geralmente arredios ou hostis e mantem grande autonomia cultural.

b) contato intermitente: com contactos eventuais com os "civilizados"

mas que mantêm uma certa autonomia cultural.

c) contacto permanente; perderam sua autonomia sócio-cultural e se encontram em completa dependência da economia regional. Conservam os costumes tradicionais compatíveis com sua nova situação. A população tende a diminuir.

d) integrados: estão ilhados no meio da população nacional, cujas vida econômica estão incorporados como reserva de mão-de-obra. Embora mestiçados ainda guardam uma espécie a sua identidade étnica interna.

Fatores causais da transfiguração étnica: as diversas etapas de integração correspondem a passos do processo de transfiguração étnico-cultural que conduzem os indígenas da condição de índios-tribais a de índios-gênicos.

a) interação no nível biológico: os índios são afetados de duas maneiras: disputa pelas riquezas de um mesmo território, com resultado a deglotação indígena e destruição de seu habitat; um mecanismo de miscigenação que contribui para enfraquecer ainda mais o substrato humano necessário para manter a etnia tribal.

b) interação no nível biológico: os indígenas são incorporados nos circuitos de moléstias trazidas pelos civilizados e que depopulam e debilitam os grupos tribais, quando não levam à extinção física. As doenças dos grupos tribais isolados são bem poucas. Chamar o índio ao contacto e chama-lo às doenças. Mas a tendência populacional após o contacto é uma queda muito grande de população e depois um novo crescimento. Por isto afirmo que O ÍNDIO NÃO VAI DESAPARECER. O ÍNDIO NÃO VAI DIMINUIR.

c) interação no nível sócio-econômico: os índios são engajados em um sistema produtivo de caráter capitalista-mercantil que leva a uma anulação cultural e provocam desequilíbrios na vida social dos indígenas. Cria uma relação de dependência, e afetam o conjunto de meios de produção e subsistência. Esta dependência se faz sentir de maneira especial por alguns meios como: o metal, as vestimentas, o tipo de casa (que era uma representação da estrutura do grupo e de sua visão do mundo. Esta dependência transforma a economia (os índios têm que produzir para o mercado) intercâmbio desigual (as energias gastas superam o que recebem) e engajamento compulsório como força de trabalho.

d) interação no nível ideológico: depois dos primeiros contactos, o índio perdura sua consciência ingenua, desarmada e adquire uma consciência espúria (absorção da cultura do outro) e se vê como bugre, feio. Por se ver desmoralizado no seu ethos tribal, o índio chega a declarar que não quer mais viver. Muitos tentam passar por não-índio, mas tem a desventura de conviver com sua consciência margurada.

Política Indigenista: formas de ação responsável pelas populações nativas. Temos que ser realistas e se optar pelo que se tem e atuar de maneira menos desastrosa possível.

Em 1910 temos a formulação da Política Indigenista com Rondon, com seu lema "morror se preciso for, matar nunca". Criou-se o SPI em 1910 e desde então é obrigação do Estado a proteção legal e oficial dos indígenas. Hoje vemos que a política oficial é de emancipar os índios. Na minha opinião esta palavra encerra a intenção de liquidar com a resistência indígena, destruindo a base física que favorece as condições de sobrevivência. A política do governo é transformar tudo em empresa; assim a Funai também seria uma empresa e que deveria dar lucros. Lucros para quem?

Quanto a atuação da Política Indígena (SPI, FUNAI) podemos dizer que: 1) houve êxito total em resolver os problemas da sociedade nacional, pacificando os índios para que aceitem a ocupação da sociedade nacional. 2) Fracassaram em proteger os índios. Uma única experiência positiva foi a do parque do Xingu (garantir uma aculturação lenta). Mas agora não se trata de afastar, isolar os índios, mas garantir meios para que eles sozinhos sejam capazes de se defenderem. Devemos trabalhar por demarcar e legalizar as reservas de terras, que sejam contínuas, inalienáveis, registradas. É necessária uma assessoria jurídica.

Precisamos trabalhar para criar o solidarismo indígena. Fiquemos atentos a criação de empresas comerciais que criariam problemas mais complexos ainda. A única coisa que podemos fazer para salvar o índio é entregar sua sorte nas mãos dele. É muito importante o intercâmbio de experiências entre os chefes indígenas, pois vão tomando consciência de si. Quero concluir louvando o trabalho das Irmãs de Jesus entre os Tapirapé, que com sua simples convivência conseguiram reestruturar o grupo no nível sanitário, econômico e principalmente cultural. É a nova linha missionária.

e E D U C A Ç Ã O B I L I N G U E

Professora Consuelo Alfaro

A Língua Tem um papel fundamental na educação.

Não é só uma forma de comunicação mas um modo de interpretar a vida, uma visão do mundo.

A língua é viva também quando não tem escritura, mas então, quando entra em contato com outras línguas escritas, sofre pressões, e se não tiver uma codificação, corre o risco de precipitar o seu desaparecimento.

Educação: Poder ser formal (na escola), ou informal (todo o resto da família, MÍDIA...).

Sistema educativo: é o funcionamento da educação formal (escola).

Educação bilíngue: é um conceito ambíguo. Deveria ser o ensino em duas línguas, no entanto é aplicado ao ensino da língua oficial a um povo que não a conhece e fala uma língua própria.

Objetivos centrais da educação: Visa a qualificação para a produção e visa a ideologização.

Isto é apresentado às populações marginalizadas como meio de promoção (STATUS).

Dialeto: palavra pejorativa. No entanto é tão língua como as outras, com características especiais de grupos que falam a mesma língua. Geralmente não tem nem alfabeto nem gramática explícita.

O planejamento escolar da educação formal visa de maneira especial às áreas metropolitanas, sem olhar as realidades das áreas marginais e por isso as comunidades tribais são as mais marginalizadas.

Língua nacional: é a língua de comunicação quando existem várias etnias de línguas diversas.

Língua Oficial: é a língua que contém o aparelho jurídico-político.

Língua Standard: é a língua que se aspira a falar.

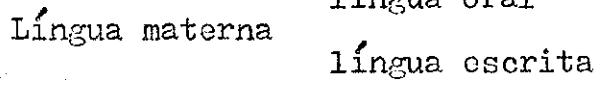
Língua vernácula: é a língua de um grupo étnico pequeno, geralmente agrário. A escritura aparece quando surge uma elite externa de reflexão.

Língua materna: a que a criança aprende desde a infância marcando os hábitos articulatórios e definindo um certo modo de categorizar o mundo (por exemplo as cores).

Segunda língua: se aprende depois dos doze anos. Nunca se poderá dominar de modo completo.

Alfabetização: Acontece quando se pode escrever a língua que se fala (materna).

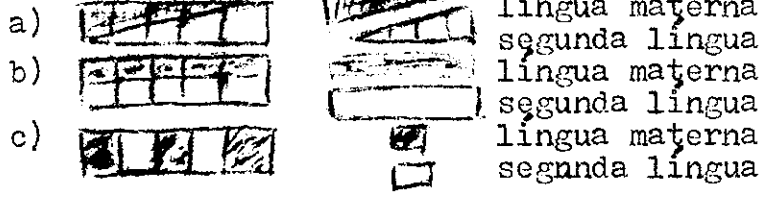
A língua escrita é representação da língua oral. Por isso é ilógico ensinar a escrever uma língua não falada.



Sistemas racionais de alfabetização

a) LOx ----- LEx (Língua materna)	b) LOx ----- (não escrita) (mat)
LOy ----- LEy (segunda língua)	LOy ----- LEy (segunda l.)

Métodos possíveis



língua materna
segunda língua
língua materna
segunda língua
língua materna
segunda língua

I. Breve análisis de las experiencias

Después del relato de las experiencias, a lo mejor sería interesante hacer algunas colocaciones, precisar algunos conceptos e intentar hacer un breve análisis sobre la situación que ustedes presentarán. Y DISCUTIR POSIBLES ALTERNATIVAS

1.1 En primer lugar creemos que es necesario enfatizar y reforzar ciertos aspectos del concepto de lengua materna que permitan establecer la relación entre lengua materna y segunda lengua en el proceso de aprendizaje.

Vamos a resaltar cuatro aspectos importantes:

1º La lengua materna implica una concepción de vida, una forma de mirar al mundo; nosotros reímos, lloramos, sentimos en una lengua (vg. la palabra "saudade" en portugués).

2º La lengua materna implica hábitos articulatorios (imposibilidad de articular espontáneamente otros sonidos). La imposibilidad de articular no significa que nosotros de lengua latina tenemos un aparato articulatorio inferior.

3º La lengua materna implica determinadas formas de clasificar las cosas, decategorizar el mundo, de percibir la realidad y de pensar esta realidad. La filosofía del lenguaje plantea que una teoría del conocimiento más amplia y válida tiene necesariamente que ubicar la exacta función de la lengua en el proceso del pensamiento y del conocimiento.

VG. Nuestra experiencia con los aguarunag, currículum de la línea de matemáticas - intento de poner la clasificación de más grande y más pequeño, cuando lo que percibían era en primer lugar torcido y no torcido. Por que la lengua está relacionada con el pensamiento? Por que los aguarunas ven en primer lugar la relación torcido - no torcido? La respuesta está en el cuarto aspecto.

4º La Lengua Materna es una especie de archivo de nuestras experiencias, de nuestras tradiciones. La experiencia cultural, tecnológica, científica de la humanidad es transmitida de una generación a la otra a través de la lengua.

Esto significa que la introducción de una segunda lengua en el proceso de aprendizaje, si no es hecha de una forma racional, considerando estos cuatro aspectos, además de producir a largo plazo una profunda quiebra en la cultura, una violentación en los valores culturales, producirá - para lo que nos interesa aquí - una serie de perturbaciones en el manejo de la segunda lengua y a mediano plazo en la lengua materna (es el caso de las interferencias. La lengua materna siempre aparece como una referencka).

1.2 Conclusión: El aprendizaje y la enseñanza de una lengua no puede ser un proceso improvisado; es bastante complejo, más aun en el caso de la población infantil que necesita desarrollar su propia lengua (la lengua no se aprende en la escuela, pero la escuela es un elemento de refuerzo).

Por lo tanto este proceso necesita ser técnicamente pensado.

Necesita ser planificado. Vamos a intentar sintéticamente explicar en que consiste esta planificación, pero antes conviene hacer un rápido análisis del trabajo que ustedes están realizando, de acuerdo con lo que fue aquí discutido.

II. La situación que ustedes presentarán

2.1 El balance que se puede hacer de las experiencias aquí relatadas puede ser representado gráficamente, cruzando tres variables:

- i) dos tipos de usuarios del Servicio Educativo: MV y B
- ii) dos tipos de situaciones en las que se desarrolla este proceso: internatos (en cautiverio) y en su habitat.
- iii) dos métodos: el directo y aproximaciones al método bilingue

	internato	en su habitat	metodo	
MV	x	x	directo	mayoria algunas revelan gran intuición otras deformaciones y errores comunes
B	x	x	aproximaciones al m. bilingue	

2.2 Que podemos conseguir con este proceso?

Ojala que me equivoque (no tenga la visión profunda del trabajo que ustedes realizan), pero por lo que fue dicho aqui sospecho que corremos el grave riesgo de llegar a una de estas tres situaciones:

1º producir bilingües subordinados: la lengua materna interfiere de forma que la segunda lengua no alcanza un grado de dominio satisfactorio.

2º reforzar la situación ya existente de bilingüismo subordinado

3º dejarlos igualmente monolingües.

Y esto porque en el caso - excepción - de los que hablan portugués en tanto que bilingües coordinados, esto no es el resultado de este tipo de educación escolar, pero se debe a otros factores.

2.3 Que es lo que queremos? Por que?

Parece que no hay dudas: en última instancia queremos formar bilingües coordinados que alcancen un desarrollo pleno en la lengua materna y un grado satisfactorio en la segunda lengua.

a) a nivel de la comunidad, esto significa fortalecer la conciencia étnica de la colectividad, por el hecho de mantener en la escuela su lengua y de llevar a la escuela sus valores.

b) Pero hay quienes, sob pretexto de defender la cultura indígena, defienden un aislamiento lingüístico, sin considerar que estas culturas estan integradas en un contexto más amplio. Aqui hay que aclarar que el hecho de introducir la segunda lengua tiene que ser procesado de forma racional, con el objetivo fundamental, preservando sus propios rasgos, de atender a la necesidad de la comunicación con el circuito nacional (en este sentido, guardadas las diferencias, el hecho de que un grupo de ingenieros aprenda a leer inglés porque la literatura técnica sobre el asunto existe en esta lengua, no significa necesariamente que perderan su identidad cultural, pero lo da una arma).

III. Como podemos conseguir este objetivo? (formar bilingües coordinados)

3.1 Desde el punto de vista técnico, sin otras consideraciones de orden política, podemos responder que através de lo que se ha convencionado llamas de planeamiento de lenguas y de planeamiento escolar.

El planeamiento de lenguas no es función de ustedes, pero de una instancia previa a ustedes. El planeamiento escolar sí.

3.2 No vamos a complicar, pero sería interesante que ustedes supieran que es lo que ustedes deberian encontrar, ya hecho, através del planeamiento de lenguas.

El planeamiento de lenguas, a grosso modo, como todo planeamiento consiste en establecer medios eficaces para alcanzar determinados objetivos. Consiste en:

1º La descripción científica de las lenguas en cuestión (envolviendo aspectos de la fonología y de la sintaxis)

2º Determinación del alfabeto

3º Elaboración de una gramática contrastiva.

4º Lingüística aplicada: a) elaboración de materiales didácticos en las dos lenguas: cartillas de lectura, etc. b) diseño de un programa c) material didáctico específico para la segunda lengua d) entrenamiento de profesores.

3.3 El planeamiento escolar está relacionado con lo anterior. Es aqui que se va a determinar que es lo que se va a hacer con la lengua materna y con la segunda lengua. Todos ustedes lo hacen empíricamente.

a) Lengua materna: - mantenimiento escolar (un las líneas curric.)
- vehículo de información
- vehículo de tradición
- lectura opcional, etc.

b) Segunda lengua: - desifricación
- técnicas específicas (previa contrastiva)
- uso oral primero
- uso escrito con tratamiento especial

c) Las dos lenguas: - Asignación de funciones en la escuela

Conclusión: El proceso educativo que no lleva en cuenta la planificación de lenguas y la planificación escolar, es irracional, entendiéndose en el caso como irracional:

1. El no uso de la lengua materna porque impide la comunicación básica y porque desfasa al hablante de su lengua; está contribuyendo a la destrucción de uno de los elementos más importantes de la cultura, y lleva a una situación de alienación lingüística por oposición a conciencia lingüística (definir ambos conceptos. Explicar *POR ELLO MUCHOS PIDEN QUE LA ESCUELA ENSEÑE EN PORTUGÜES: ALIENACIÓN LINGÜÍSTICA).

2. Es igualmente irracional enseñar en una lengua extraña sin considerar que este proceso de aprendizaje es algo distinto, con características pedagógicas propias y controlables. De hecho, es una falta de respeto (es un crimen, un etnocidio) arrojar a un niño en esas condiciones, mas todavía cuando se trata de dos culturas en posición de dominación.

IV

Hemos hablado de dos instancias del proceso de aprendizaje de una segunda lengua. Hemos dejado la última instancia, la más importante, para la discusión, incluso porque escapa al análisis del lingüista en tanto que tal. La Planificación escolar, hecha por los profesores, y la planificación lingüística, hechas por técnicos y especialistas en lenguas son hechas en función de los objetivos que no son determinados por nosotros, sino más bien, por la política lingüística existente en un determinado estado. Estos objetivos son formulados no como resultados de criterios técnicos, pero de criterios políticos. Ustedes, conscientes o no son agentes de una determinada política de lenguas que puede estar explicitada a través de normas jurídicas con carácter obligatorio o que puede estar implícita en el nivel ideológico, es decir, en las actitudes que tenemos con relación al problema.

La política de lenguas determina toda la planificación en la medida en que es en esta instancia en donde se determinan los objetivos que se debe alcanzar.

Otra clasificación que se puede hacer es que en cualquier estado hay siempre una política de lenguas dominante, oficial, y otras políticas que luchan por afirmarse.

En Brasil: FUNAI, SUMMER, CIMI.

Para finalizar y introducir a la discusión, un gráfico:

quien toma la decisión

Planificación escolar	escuela profesor	
Planificación de lenguas	Técnicos y especialistas en lingüística	
Política de lenguas	MEC FUNAI	

Acervo ISA

A PRESENÇA DA IGREJA NO BRASIL E SUA PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DA AMAZONIA. Prof. Oscar Beozzo.

Pode-se fazer história com os mais variados interesses. Em nosso caso teremos como ponto de referência o Evangelho. Na leitura da História é importante o ponto de partida, ora privilegiando quem traz a mensagem ora quem recebe a mensagem. E nossa posição é privilegiar o que recebe.

O significado da Igreja na América Latina não é a mesma da Europa. Podemos dizer que há uma História da Igreja Bizantina que é autônoma em suas formas teológicas, culturais, estruturais. A História da Igreja Latina que é a mesma que no séc. XVI se expandiu e criou núcleos externos e o único lugar onde ela criou uma nova cristandade foi aqui (A;L). Ela se caracteriza por uma situação de dependência, ser mestiça, ser colonizada. Para fins de estudos consideramos Amazônia o que foi considerado como tal na época colonial: uma região abandonada. A causa deste abandono é, entre outras, atribuída à política entre Portugal e Espanha, depois do tratado de Tordesilhas. A Espanha estava mais interessada na bacia mexicana e no altiplano peruano-boliviano. Portugal estava interessado no comércio das Índias. E quando a Amazônia foi ocupada, o foi como uma parte separada do Brasil.

Por que foi ocupada? No Nordeste a ocupação veio pela produção de riquezas: o açúcar. E quando ocorreu uma ocupação estrangeira na região açucareira, então Portugal se volta para o Norte. Foi uma ocupação de caráter estratégico-militar, e isto vai marcar a ação das missões que fazem parte desta engrenagem.

Como a Amazonia foi ocupada? Ocupação de pontos estratégicos, com a construção de fortes Reis Magos (Natal), Santo Amaro (Fortaleza), São Luís (Maranhão), Presepio (Belém). O missionário está a serviço do Estado: amansar índios, aldeia-los, que os nativos não prejudicassem a estrutura comercial colonial. A expansão missionária não foi assumida por Roma (ainda confusa nos problemas do Renascimento e da Reforma) e a Igreja, no Brasil, aceita o sistema do Padroado (o rei organiza a Igreja na Amazônia e no resto da nação, nomeia bispos, paga os padres, censura e publica bulas papais). O missionário está mergulhado nesta ideologia, e grandes homens como Vieira procuram justificar esta nova atitude. Devemos lembrar que, no resto da América Latina, depois da Independência, extinguiu-se o sistema do Padroado; no Brasil continuou durante a colônia e foi até o fim do império. O Brasil existe em função da metrópole, pois toda sua vida consiste em produzir para fora (um sistema colonial vigente até hoje).

Qual a atitude do colonizador? Podemos dizer que quem passa carta branca para a escravidão foi o papa Nicolau V com a bula "Inter coetera" onde ele acena pela primeira vez a justificativa de guerra justa. Na época Lisboa já tinha mais de 10 mil escravos mouros. Na Espanha, os teólogos discutem se o índio tem ou não alma (se não, então por que catequisar?; se tem, então por que escravizar?). A justificativa para se escravizar índios era de que eles eram antropofagos e bestiais. No Brasil, outra justificativa era, além da guerra justa, o resgate (ir buscar índios prisioneiros de outros grupos indígenas para libertá-los; os gastos da viagem justificavam a escravidão dos índios por algum tempo). Mas no fundo, o real motivo para a escravidão dos índios era a falta de mão-de-obra para o trabalho.

Como vieram os primeiros missionários? Os primeiros vieram como capelães militares (os franciscanos) para os fortes. Nesta primeira fase da ocupação, a presença dos frades é peça fundamental. Depois chegaram os jesuítas, que avançaram pelo Maranhão, Marajó, Tocantins, Xingu brigando com os franciscanos para ter mais terras ocupadas. Vindos do lado espanhol, os joguistas iam descendo da Colômbia, Bolívia, Peru e iam subindo os rios Solimões e Rio Negro; este fato provocou uma expedição de Pedro Teixeira para limpar a região. Notamos que não existe uma História sobre esta presença missionária espanhola na Amazônia. Está por ser feita.

Como se faziam as Missões? A ação missionária da Amazônia foi bem diferente da do Nordeste. Lá existia um problema: área de produção de açúcar. O problema era como tirar o índio da região. Solução: juntar os índios num aldeamento. Função da catequese: civilizar (bravos-mansos; nômades-sedentários). Quase sempre o índio caía em ser mão de obra. Mas foi também utilizado como soldado. Na Amazônia o índio servia nas cidades. Mas nesta mesma região ocorreu a melhor experiência de catequese na época colonial. A experiência do Nordeste (tirar terras dos índios, escravizá-los) levou os jesuítas a mudarem de sistema. Os aldeamentos perto dos centros levava

amortandade aos índios e durava no máximo três anos (mortes ou fugas dos índios). Os franciscanos fracassaram nesta tentativa.

Os jesuitas evitam o aldeamento perto das cidades portuguesas e desligam-se do projeto de ocupação militar; não ensinam português; surgem catecismos em língua indígena. Vieira proíbe missionários de ir à aldeia indígena sem conhecer a língua; os Jesuitas mudam o sistema econômico: recusam de índios da aldeia para o trabalho na cidade; os mesmos missionários rompem com a pastoral de visita (antes disto o colégio é o centro da obra e ficava na cidade; ele ia ao encontro dos índios nas aldeias e depois voltava ao colégio. Agora o missionário mora no local indígena; a formação do missionário é feita na missão e não em Lisboa. Notamos que com essa mudança 1750-44% os missionários era brasileiro; hoje a porcentagem é de 5%.)

Quais as estruturas eclesiais? No período colonial a espinha dorsal das estruturas tinham por base a presença dos religiosos (franciscanos, carmelitas, jesuitas, capuchinho, ordem de S. João da Cruz, Mercedários). Os carmelitas fundaram aldeamento que eram fazendas para exportar açúcar e usavam mão de obra indígena. A outra estrutura eclesial estava baseada nas dioceses (primeiro a de Salvador, depois S. Luís do Maranhão, e Belém.)

A Igreja e os Negros. As escravidão do negro na amazônia apresentavam problemas: os produtos daqui não tinham valor suficiente para importa-los em grande quantidade. As escravidão na amazônia ocorre quando ela se torna área alternativa para a colônia - (e sempre foi assim na sua história; quando os holandeses tomaram a área açucareira os portugueses resolveram ocupar o Maranhão. Para as minas de Vila Bela, no Guapore, muitos negros foram importados e passavam todos por Belém).

Questões Levantadas:

1- Dados sobre a população indígena na era colonial.

Temos somente dados isolados, que aparecem nas cartas dos missionários. O primeiro Censo do Brasil ocorreu em 1822. Para o período anterior temos só estimativas, e assim mesmo só dos índios de paz - (índios assimilados).

2- Efeitos da atividade missionária neste período.

Não houve possibilidade de uma fixação missionária mais forte na região. Lembramos que a tradição jesuíta foi praticamente acabada com o avanço dos seringueiros. Precisávamos ter elementos antes deste avanço.

3- Quais os vestígios desta presença missionária?

Completando a resposta anterior dizemos que os traços de tradição cristã encontrados (festa dos santos, capelas, cantos em latim) - são sinais da vinda de grande massa nordestina que imigrou para cá.

4- Qual o sistema jesuítico para o recrutamento vocacional?

Achamos que seja uma identificação com a problemática local. Para compreendermos melhor este processo, lembremos o que ocorreu em tempos mais recentes. No sul os contingentes de imigrantes constroem suas capelas sem a presença de missionários e isto porque querem manter sua tradição religiosa. O resultado depois foi aquela explosão de vocações no sul do país. Em S. Paulo como o imigrante ficam na fazenda dependendo do senhor; o padre se despeda na casa do senhor que não vai até o povo; o imigrante é obrigado a cultuar o santo do dono da fazenda. Assim os mesmos italianos que vieram para S. Paulo dão menos vocações do que os que vieram para o sul.

5- Presença das congregações femininas.

Temos a partir de 1730 alguns conventos de contemplativas (as carmelitas do Rio). Temos casas de recolhimento onde moças da sociedade prestam serviços. Temos as beatas, no nordeste, que faziam obras sociais.

6- Os jesuitas eram paternalistas?

Podemos dizer que sim. Notamos porém que o problema é mais grave do que se pensa. As casas dos padres, no início, eram financiadas pela coroa. Mas com isso os padres não podiam tomar posição. Para ter independência do poder estatal, os padres promovem grande cultivo de cana, mas o trabalhador é o índio. Vemos como para salvar o índio o jesuíta escraviza o índio. Estava dentro do sistema colonial e criou ricas e grandes fazendas.

7. Falando a língua dos índios, os jesuítas respeitavam os valores culturais deles?

Notamos que o mais profundo na cultura é a visão do mundo, os mitos. Ora, os missionários jesuítas atacavam violentamente os pagés (confirma com as cartas de Jose da Nobrega) A língua foi um stratagem para emhor entrar no grupo e não era movida por respeito cultural. -

Legislação:

1531- regulamento das capitánias hereditárias. O senhor da terra tem direito de escravizar os gentios e vendê-los em Lisboa.

1548 - legislação para evitar os problemas das capitánias onde existia total arbitrariedade por parte do senhor. O jesuítas chega com planos concretos do governo: o índio deve ser bem tratado; seus perseguidores devem ser castigados; o principal fim da colonização é constituído por um tripe: redução dos gentios à fé católica, o povoamento, o comércio; só com licença do governador geral se pode fazer guerra aos índios inimigos; aos índios amigos devem se dar terras e aladiamento junto as povoações.

1570- Mem de Sa decreta liberdade para os indígenas, exceto quando prisioneiro numa guerra justa que deve ser feita com a licença do governador.

1609- Esta lei foi uma das melhores: todos os índios são livres por direito e nascimento, não podem ser obrigados a serviços de escravos - serão pagos pelos trabalhos prestados livremente, podem ter fazendas e propriedades. Exeção: serão escravos índios prisioneiros em guerra justa e os antropofagos. Esta lei provocou tanta oposição entre os colonos que foi revogada em 1611.

1639- A bula de Urbano VIII publicando uma outra bula de Paulo III: os índios são dotados de liberdade e não podem serem privados dela. Acontece que antes da bula ser executada o rei Carlos V revogou o edito de liberdade aos gentios e ela não teve efeito. Os Jesuítas queriam se apegar a ela, mas foram obrigados a assinar compromisso de, para se manterem na colonia, só tratar de assuntos espirituais.

1686- uma nova legislação para a defesa do índio. Os missionários podem retornar ao Para, Maranhão; os jesuítas teriam o governo espiritual e temporal das aldeias indígenas; cada aldeia teria dois procuradores (que seriam jesuítas) com dois índios a sua disposição (relação de escravidão); nas aldeias só deviam morar indígenas. Mas esta legislação apresenta uma falha: os índios podiam ser usados como mão de obra, contudo deviam ser pagos.

1758- Directorio de Pombal: cada aldeia devia ter um diretor nomeado pelo governador; o diretor não podia punir o índio, mas devia recorrer ao juiz (e na época colonial só havia juiz nas três comarcas de Belém, Santarém e Barcelos); os assuntos espirituais ficam por conta do bispo; o objetivo da ação catequética é civilizar (antes era converter o índio em cristão); a escola da aldeia e para ensinar português, com salas separadas para os dois sexos, e com mestres pagos pelos pais dos índios; que não fossem chamados de índios; que os índios usassem sobrenome português; que as casas de residência dos indígenas fossem separadas como as dos portugueses, por causa da promiscuidade indígena nas malocas; os índios devem andar vestidos; porque o índio é vagabundo e ocioso, é preciso levá-lo as culturas de mandioca e generos de interesse comercial; os índios deveriam pagar o dízimo; 1/6 da produção do aldeamento e do diretor; os índios tem que incrementar o comércio de exportação; o dinheiro não sera entregue aos índios pois eles são incapazes de administrá-los; deve-se entregar índio para o trabalho com os colonos (neste caso só salário ou pagamento ficava na base de 1/3 para o índio e 2/3 para o colono, no caso de o índio fugir; o diretor da aldeia e tutor dos índios e ele procurará acabar com o gentilismo. Este estatuto vigorou até 1785. Depois houve um período de abandono e os índios ficaram a merce das populações coloniais.

Neste período de vazio, ocorreu uma limpeza de certas áreas. Guerra aos índios, sem tregua, até que os índios pedissem paz e assim pudessem se tornar servos uteis. Estas guerras de extermínio ocorreram principalmente nas provincia de São Paulo e Minas Gerais.

1843- Regimento das Missoes. O governo chama os capuchinhos que ficaram sob a orientação e jurisdição do Ministério da Agricultura. Os objetivos da presença missionária são: conversão e educação religiosa dos

dos índios; educação primária; proibição de obrigar os índios ao trabalho com o cabloco e os colonos; não pode alugar índio para trabalho fora da aldeia; deve-se tirar o índio do contacto com os brancos; deve-se incentivar o casamento de índios com colonos; os indígenas tem obrigação de prestar serviço militar.

Catequese dos negros: Nunca houve catequese dos escravos negros. Só depois de 150 anos depois de sua chegada que aparece no Brasil o 1º catecismo em língua negra. Na época colonial existia um alvará que determinava: na saída do navio negreiro ou na sua chegada o negro deve ser batizado como um sinal de que houve pagamento de imposto. O negro ficou abandonado na mão do senhor da fazenda que mantém sobre os mesmo toda a autoridade política econômica e religiosa. Há total ausência de catequese por parte da Igreja. Os escravos de casa recebem alguma catequese da senhora da fazenda; os escravos de eito são completamente abandonados. Os escravos não se casavam: o casamento poderia ser um elo de solidariedade entre os escravos. Os senhores de fazenda não tinham interesse de procriar negros pois eram antieconômico. Em certas áreas a mão de obra era constituída de muitos homens e poucas mulheres.

A Igreja tentou usar artifícios para fugir as responsabilidades: os negros já eram escravos na África antes de vir para o Brasil. Podemos dizer que esta argumentação não tem fundamento. Nós (também como estrutura da Igreja) acentuamos ou criamos estruturas para escravizar os negros. Da África saíram 45 milhões de negros. Os jesuitas de Angola também traficavam com negros: "eram única moeda de comércio único meio de sobrevivência". Os religiosos no Brasil usavam escravos. E como a causa da libertação dos escravos era encabeçada por liberações. Universidade de Direito, a Igreja não se lançou nesta campanha. Em 1888, por ocasião de 50 anos de ordenação episcopal do papa Leão XIII, os bispos pediram que fossem feita a libertação dos escravos. Joaquim Nabuco fez pressão junto ao papa para que escrevessem uma bula condenando a escravidão. No dia 5 de maio ocorreu a lei Áurea e a carta do papa sochegou no fim do mesmo mes. Os beneditinos já haviam libertado seus escravos, muito embora tenham ficado arruinados. Os franciscanos libertaram as escravas que tivessem 6 filhos no convento para um serviço doméstico. Os camerlitas não libertaram os seus escravos por-que esperavam indenização.

	1817	1874	1888
Livre	1.807.000 / 4,4%	8.820.000 / 84,2%	13.610.000 / 95%
Escrava	1.930.000 / 50,6%	1.540.000 / 15,8%	723.000 / 5%
Total	3.817.000	9.760.000	14.333.000

A propósito destas estatísticas notamos que: 70% da população que dizemos livre eram constituída de mulatos, mestiços, e negros-freos: a lei da abolição só veio quando os negros escravos já são um número sem peso no total da população.

Pequena síntese do processo de ocupação da Amazônia:

Temos um período de preocupação e ocupação 1616 a 1759. Temos período em que os Estado manobra sem a presença da Igreja (estado pombalino) e no qual procura-se incirir a Amazônia na linha de produção do comércio internacional. partir de 178 há um longo período de abandono. Com o surto da borracha a Amazônia se torna região estratégica. O governo chama os missionários (1870, chegada dos franciscanos) com a finalidade de amanssar os índios nas frentes extrativistas. Esses missionários ficaram até 1888 quando se colocaram a favor dos índios. Na primeira República chegam as congregações religiosas estrangeiras com o apoio da Igreja e do governo. Estas congregações tinham uma ação meramente assistencialista e sacramentalista. Em nossos dias podemos dizer que a base do projeto de ocupação esta fundado nas grandes empresas de grandes capitais. A Igreja neste contexto não é vital, essencial ao processo. A Igreja é vista como um obstáculo.

te, pois houve um ruptura no sec. XIX.

Na época colonial vigorava o sistema do Padroado, tendo como espinha dorsal as ordens religiosas. No império, a espinha dorsal é o episcopado. Os bispos sem clero, se dedicam a criar o clero local, já que havia proibição de entrada de religiosos. Exemplificação desta atitude é a linha de D. Viçoso, em Mariana, cuja linha de formação era: clero não político; clero celibatário; maior formação teológica; recrutamento entre a população da terra. O resultado foi que, no período do governo de 3 bispos de Mariana, esta diocese ordenou mais de 700 padres brasileiros. Os dirigentes do seminário de Mariana eram formados em Roma. Em todo do Brasil são abertos seminários.

Em Roma, Pio IX atacava todo pensamento liberal com o "Syllabus". O concílio Vaticano I está numa linha de centralização da Igreja. Esta centralização feria a legislação no Brasil e criaram choques que culminaram com a luta contra as irmandades. As ordens religiosas vindas para o Brasil contribuíam para esta linha de europeização e romanização da Igreja no Brasil. Depois da ruptura entre Estado e Igreja, por influência do cardeal Mery del Val (secretário de Estado do Vaticano), procurou-se romper com a tradição brasileira então vigente e parte-se para uma nova organização. Assim entre 1880 e 1930 entraram no Brasil 36 congregações religiosas masculinas e 109 femininas. Estas congregações dependem de um superior na Europa. Os bispos, já que não tinham poder, algum sobre elas, obrigam-nas a aceitar cada uma, pelo menos, uma paróquia.

E o povo? Devemos notar que a religião do povo, principalmente no setor rural tem seu ponto forte no santuário, fundado por leigos, nos Santos das promessas, na religião doméstica. Entre os santuários destacamos o de Canindé, o da Penha, o de Nazaré, o de Caraca. Além dos santuários, o povo dava muito valor pra capelinhas, dirigidas por ele. Os bispos então tentaram reprimir esta religiosidade. A Pastoral de 1815: que os padres não promovam peregrinações aos santuários; que estes sejam entregues aos religiosos na sua administração (porque também davam muito lucro e sustentavam as dioceses). Sobre as capelinhas: devem ser mantidas fechadas; o zelador deve ser nomeado pelo padre; são proibidas as rezas dos terços e as ladainhas; as esmolas devem ser contabilizadas pelo padre; a polícia deve resolver os casos de desobediência as normas do bispo.

Então sentimos como ocorre uma grande mudança na religião do povo. A figura de Cristo, com uma devoção que o povo visualizava em um lugar, como São Bom Jesus, Senhor do Bonfim, Senhor dos Passos, Bom Jesus da Coluna, Bom Jesus da Cana Verde, e apresentada pelo clero como o Cristo Rei, Sagrado Coração de Jesus. E até as estátuas das antigas devoções são substituídas ou escondidas. O povo venerava a Virgem da Conceição, das Dores, dos Navegantes, do Ó, do Bom Parto, das Candeias. Os religiosos substituem estas imagens pela Virgem Auxiliadora, Fatima, Lourdes, Perpetuo Socorro (sem qualquer raiz local). Ocorreu até a destruição física das igrejas das devoções santas brasileiras.

Outro reflexo desta atitude antagonica da Igreja oficial, se reflete nas irmandades. No tempo do império, as irmandades eram só para os homens. Nesta nova atitude, atacam-se as irmandades e criam-se associações, confrarias, de caráter puramente espiritual (e logicamente só para as mulheres). A diretoria destas confrarias era nomeada pelo padre, e não tinham estatuto civil e não tinham posse alguma.

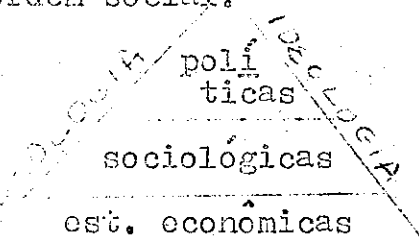
Outro problema é o da falta de vocações sacerdotais locais. É que as congregações religiosas vinham da Europa, os noviços brasileiros sentiam dificuldade em viver num ambiente totalmente estrangeiro, até no uso da língua; havia discriminação quanto a aceitação de membros que não fossem brancos. Devemos lembrar que esta discriminação era quase oficial. Em 1890, por lei de Estado, era proibida a entrada de africanos e asiáticos. Em 1907 o governo abre exceção para os japoneses. Lei semelhante foi promulgada em 1945: só podem entrar os imigrantes que favorecessem a europeização do povo brasileiro. E o grande pensador Afranio Peixoto dizia que seriam precisos mais de 300 anos para alvejar a pele do brasileiro.

Hoje assistimos a Igreja que toma consciência da renovação que vem da organização dos leigos que são uma das colunas do novo modo de atuar na sociedade que é a formação de comunidades de base.

MODELO DE DESENVOLVIMENTO: Prof. Paulo Meneses.

Começemos por definir o que seja modelo: é um complexo de orientações de caráter econômico-político adotado por uma nação para o seu desejado progresso. Um modelo que ira criar um certo tipo de sociedade. Mas a realidade social é bem complexa.

A realidade social é um todo organizado, composto de estruturas relacionadas entre si, estruturas estas que se constituem em níveis. As estruturas econômicas são as que dizem respeito ao sustento da vida tirado da terra; São como que a base da sociedade. Caracterizam-se por um modo de produção. Temos um modo de produção escravista (um trabalha e outro manda trabalhar) com a consequente distribuição desigual de renda. Muitas vezes esta situação de desigualdade é justificada pela intelectualidade da classe dominante: Aristoteles dava graças aos deuses porque estes tinham criado os asiáticos fortes e burros e aos gregos tão frágeis e inteligentes. Temos um modo de produção feudal (senhor feudal e servo da gleba). Temos um tipo de produção capitalista (os donos do capital ou dos meios de produção e os assalariados). Além das estruturas econômicas, temos as estruturas sociológicas (as que dizem respeito ao relacionamento dos homens entre si e que estão baseadas nas estruturas econômicas. Temos as estruturas políticas (as que dizem respeito aos meios e maneira de mandar, de poder, quando uma minoria oprime uma maioria, dentro de uma estrutura chamada Estado que procura dar unidade à formação social. Lembramos que os índios não tem Estado. Quando eles se tornam numerosos, eles se dividem. Finalmente temos as estruturas ideológicas que são as que dizem respeito à ideia que a sociedade faz de si mesmo; geralmente a ideologia não tem a finalidade de mostrar o que seja a sociedade, mas sim de legitimar uma determinada ordem social.



Houve um tempo em que era a Igreja que fazia este papel de ideologizar as mentes ("o escravo tem que ser obediente"). Hoje este papel é desempenhado pelos meios de comunicação social. Para se legitimar toda uma situação, busca-se o apoio de todo um corpo pensador para criar uma filosofia política, a qual não é senão um veículo da ideologia das classes dominantes. Geralmente, numa sociedade dividida em classe, dificilmente o Estado pode realmente servir ao bem comum. Geralmente ele faz dos interesses da classe dominante uma vontade nacional. Na História do Brasil, houve um tempo em que se afirmava: "sem escravo não há Brasil; sem escravo não há progresso". O Estado então procurava manter negros e índios sob a dominação para servir aos senhores de terras. No decorrer de sua história, vieram outros grupos, com outros interesses, mas o esquema é o mesmo.

Qual o nosso modelo? O nosso modelo brasileiro pode ser analisado segundo algumas instancias (econômicas, sociais e políticas).

Na perspectiva das instancias econômicas: o nosso modelo está baseado no binômio segurança de desenvolvimento. Desenvolvimento capitalista, cujo modulo é o lucro. Na sua origem, o capitalismo era de pequenas unidades, dentro de um mesmo país. Nas décadas 60-70 temos um capitalismo das multinacionais. Nosso capitalismo é periférico. Nosso capitalismo é a qualquer preço, olhando tão somente ao crescimento do PNB (produto nacional bruto) para ter prestígio internacional.

Por se querer um desenvolvimento a qualquer preço, pagamos altos custos sociais (problema de distribuição de terras e de renda; o salário mínimo perdeu seu poder de aquisição; aumentou o índice de mortalidade infantil; ocorreu a marginalização de grande contingente da população). Pagamos altos custos nacionais (internacionalização do mercado interno, principalmente no setor de bens duráveis (automobilística, eletrodomésticos, vidros), bens não duráveis (alimentação, têxtil, farmácia), bens de capital (mecânica, material elétrico, ferroviário). Pagamos altos custos ecológicos:

Instâncias Sociais: o nosso modelo concentra nos bens-sociais nas mãos de uns poucos. Os marginalizados rurais se transformam nos marginalizados urbanos. Uma pequena burguesia se coloca ao lado da classe dominante; quando a classe proletária está quieta, esta burguesia se dá voz do voto livre, da liberdade política, da participação; quando o povo começa a levar a sério esta voz a mesma burguesia volta atrás. É uma classe média ambígua. E ainda se cria o mito de que a classe média é a mais sacrificada da nação.

A P

A Problematiza da Ocupação da Terra: Prof. Carlos A. Ricardo.

Esta questão é muito importante porque nos mostra a atuação concreta do nosso modelo econômico-político na Amazônia.

Antes de tudo vamos esclarecer a origem histórica da população rural do Brasil, reportando-nos à colônia:

- característica básica da colonização do ponto de vista do mercantilismo: fluxo regular de mercadorias com a aceitação na Europa, no porto.
- solução adotada: latifúndio; monocultura de exportação; mão de obra escrava negra.

- trabalho produtivo é igual ao trabalho escravo negro.
- apropriação das terras em grandes extensões para os homens de cabedal.
- os homens livres e pobres recorre a solução de morar de favor (estilo rofiar de de dominação). Sua função:

- 1- plantar, regar, cultivar,
- 2- produzir excedente eventual.
- 3- na Espanha, da fazenda, defende-la dos índios e negros
- 4- processo social de exploração: o colono sempre procura reproduzir seu ciclo de vida, sempre que é expulsão de sua terra.
- 5- Fortes de ódio aos índios (índios preguiçosos, inúteis

a unidade produtiva colonial (a fazenda) apresenta uma contradição interna: produção de mercadoria para a exportação e produção de alimentos. Enquanto o açúcar estava em alta, toda mão de obra é mobilizada e por consequência surgia a fome.

o trabalho de expansão pelo ciclo do ouro e homem pobre e livre para o interior; depois de abandonar a fazenda muita - uma parte de obra de escravos, a outra de gado desceu pelo Rio S. Francisco e depois o subiu para o Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte.

• fonte de expansão para mineração do séc. XVIII.

Podemos dizer que o povoamento da Amazônia no séc. XVIII e XVIII se deu como se a região fosse uma retaguarda para a zona do mercúrio.

Depois do ciclo de mineração veio o ciclo do café (1800/50) quando se começa a importar mão de obra estrangeira. Lembramos que nesta época os homens livres e pobres constituem dois terços da população. Esta grande massa não foi mobilizada porque estava dispersa, vivia em relações de dominação, e ainda pensava em suas terras adentro para reproduzir experiências de vida livre. Também por causa do preconceito. Essa população também estava distante do projeto oficial. Sua reação se manifestou em movimentos que princípio de caráter individualista, tomou caráter coletivo - (revolta dos escravos, revolta dos índios, revolta do Pe. Cicero)

(revolta também chamada revolta dos escravos, ocorrida na província de Goiás (1835-1840), quando se libertaram de um lado 3 mil escravos (índios, negros e mestiços) e de outro os setores dominantes da sociedade local (proprietários de terra, comerciante, profissionais liberais, e índios mercenários, clérigos, tropa imperial, portugueses e portugueses, ingleses das nações de guerra ancorados no porto). Gato Preto Junior afirma que a revolução foi "o mais notável movimento popular do Brasil, e o primeiro em que as camadas mais inferiores da população começaram a exercer o poder de toda uma província com certa eficiência". A revolução se inscreve no quadro de -

quadro de agitações que marcaram o período de consolidação do Estado Nacional, no qual, rompidas as amarras da política colonial, emergiram por todo país conflito de interesse entre setores das classes dominantes regionais. Nesses conflitos foram mobilizados amplos contingentes das camadas mais baixas da população. "vêlencias das camadas dominadas irrompeu ameaçando o Estado" que atingiu vários pontos do imenso território do Amazonia: foram destruídos a maior parte dos engenhos, fazendas, dispersos ou mortos os seus escravos, consumidos os gados de criação e extinta a sementeira de gêneros mais preciosos do sustento ordinário, em algum distrito não ficou nenhum homem branco.

Queremos sublinhar a participação dos indígenas nesta revolta. No período da legislação pombalina (1757 a 1798) eram escravizados pelos diretores das aldeias, como tinham sido pelos religiosos nas missões. Os governadores dispunham dos indígenas em favor dos proprietários particulares. Depois da legislação de Pombal recrudescceu a prática de aliscamento coercitivo de índios arreduos para o trabalho e de desestruturação dos aldeamentos. Verdadeiras campanhas militares foram movidas contra as tribos. Os resultados foram o acúmulo de tensões e odios e também a formação de uma massa profundamente desorganizada, dispersa e sem propriedade, que passaria a intrair o vasto contingente dos "Tapuios": índios destribalizados que constituíam grande reserva de força de trabalho na Amazonia.

No período que vai de 1822 até 1835 uma série de acontecimentos já mostravam uma profunda crise no sistema de dominação. Vários elementos acusados de conspirarem pela independência eram presos e deportados para o interior das províncias.

As autoridades locais somente puderam recompor-se graças ao apoio do poder central e de mercenários ingleses. Empregou-se o massacre: durante três anos as forças do governo promoveram a destruição de populações amazonidas; em 1839, 40 mil foram mortos numa população de 100 mil.

Fases da ocupação da Amazônia:

- 1- Devassamento da floresta tropical ao longo dos rios, furos, e canais navegáveis. Num primeiro momento para a criação de núcleos fortificados e aldeias para defender o monopólio do açúcar. Depois a entrada dos colonos do Maranhão para caça de indígenas (penetração na floresta e descoberta de suas potencialidades). Com a queda do preço do açúcar ocorreu grande interiorização pelos rios durante a legislação de Pombal muitas sesmarias eram doadas como prêmio. A evolução industrial inglesa e a guerra da independência dos USA, provocou grande procura de algodão insentivou a produção de arroz. No início do séc. XIX a agricultura se restringia a subsistência.
- 2- O ciclo da borracha (1870/1920): característica principal é o esquema de aviamento (caracterizado pelo endividamento recorrente pelo qual se instaura a cadeia de dependências.) Outro traço deste ciclo é o trabalho compulsório nos seringais. Ocorreu momento da população de 1823 - 127 mil / 1872 - 340 mil / 1900 - 700 mil / 1920 - 1.400.000 mil. Nesta época ocorreu a incorporação dos territórios tirados da Bolívia e ao mesmo tempo grande extermínio de índios. Chegada de grandes contingentes de imigrantes expulsos do nordeste pela seca de 1877, estimulados pela propaganda oficial. Ocorreu o surgimento de poucas cidades, mas grandes. A população dedica-se entre atividades agrícolas e de exportação. Não ocorreu uma divisão do trabalho capaz de propiciar a formação de um mercado interno.
- 3- Frentes pioneiras: castanhas, garimpage e pecuária (1920/1930) - Ocorre um retorno à economia de subsistência. Os castanheiros eram garimpeiros na entre safras. A pecuária desenvolvia-se na Ilha de Marajó e a exportação vai para o Maranhão e Goiás. Em 1940 noventa por cento da população do Rio Grande do Norte se fixa na região. Em 1942 uma nova seca no Nordeste provoca uma nova onda de imigração nordestina familiar pra se fixar na região.
- 4- Intensificação das frentes pioneiras viabilizadas pela infraestrutura do Estado. Chegam os sulistas (1960-1977). A partir de 1930 a economia brasileira começa uma fase de reconversão pelo do atra-

ção é o grande núcleo industrial urbano. A economia mantém seu caráter agrário-exportador; ela libera mão de obra para a urbanização, intensifica a produção de alimento. A mola de investimento desta volta ao campo e a própria cidade. Ocorre um grande volume de investimentos de capital estrangeiro em projetos agropecuários em zonas de fronteira. O mecanismo deste avanço está baseado na "presunção do direito da posse". A partir de 1960 ocorreu o ingresso de empresários do centro sulcomplanos agropecuários, de mineração, de especulação de terras. Notamos que em 1970 na Amazonia havia 8 milhões de hectares grilados. As consequências deste avanço são: brigas por terras, trabalho compulsório, grilagem de terra, conflitos violentos, invasões de terras indígenas, deslocamento compulsório de populações cablocas e indígenas, proletarianização do homem do campo, urbanização e marginalização. Notamos um cinturão de áreas de conflitos: Rondonia, Roraima, Acre, Sul do Para, Norte do Mato Grosso e Goiás, Maranhão.

Numa tentativa de avaliação do processo de ocupação recente da Amazônia podemos salientar os seguintes momentos:

- 1964: Estatuto da Terra (fixa o homem à terra). Executores - INDA + IBRA (sistema de tributação; doutrina de ocupação e colonização da Amazonia como alternativa à reforma agrária).
- 1966: Criação da SUDAM. Lançamento oficial da política de ocupação. Questão geopolítica: integrar para não integrar. De outubro de 1966 a abril de 69 a SUDAM aprovou 230 projetos (123 agropecuários e 116 industriais)
- 1967: Criação da SUFRAMA.
- 1969: Criação do CPRM (Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais)
- 1970: Criação do PIN (Plano de Integração Nacional)

INCRA

BADAM

Estas criações eram a concretização do desejo do Presidente Médici durante a seca no nordeste: "Vamos enterrar as terras sem homem da Amazonia ao homem sem terra do nordeste!"

- 1971: Decreto tornando de utilidade pública as terras devolutas localizadas numa faixa de 100 Km de cada lado da rede de estradas construídas e planejadas

- 1974: Criação do projeto do Polo-amazonia que é uma consolidação das sugestões dos empresários que no ano anterior tinham viajado com os ministros de estado pela Amazonia

Concluindo: as grandes empresas estão voltadas para o exterior. A produção de elementos está a cargo dos pequenos módulos - mas estes geram conflitos e problemas.

Estamos assistindo concretamente à mudança da frase do ex-presidente: "Vamos dar as terras sem dono da Amazonia aos homens sem terra do sul".

DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA DO BRASIL

200

POPULAÇÃO	1960 PARTICIPAÇÃO	ricos	POPULAÇÃO	1970 PARTICIPAÇÃO	
2.700.000	c/ 11,5%	1%	940.000	c/18,2%	+ 6,7%
2.800.000	c/15,6%	meio rico 4%	3.700.000	c/19,1%	+ 3,5%
10.500.000	c/27,1%	classes média 15%	14.100.000	c/27,5%	+ 0,4%
21.000.000	c/27,8%	meio pobres 30%	28.200.000	c/20,6%	+/- 7,2%
35.000.000	c/17,8%	pobres	47.000.000	c/14,3%	-3,5%

Dados citados por MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN
cf. "Opinião" nº 4 de 27/11/72 - pag.13

PROBLEMAS DECORRENTES DE FRICÇÃO INTERÉTNICA. O PROBLEMA DA INTEGRAÇÃO
 Professora Carmem Junqueira.

Numa introdução para a abordagem de nosso problema, podemos dizer que no plano individual, falando em termos de trabalho, se se quiser sobreviver, a caça ou a pesca para o sustendo diário garante a sobrevivência do indivíduo; no entanto, se ele paralelamente quiser se reproduzir, seu trabalho se altera, pois terá de produzir para si, sua mulher e seus filhos. Numa sociedade, para que toda ela possa se reproduzir, o trabalho e reprodução sofrem alteração maior, uma vez que o produtor direto terá que produzir não só para si, sua mulher e filhos, mas também excedentes destinados as crianças, velhos, doentes etc., desta mesma sociedade. A destinação do excedente estabelece as diferenciações entre as sociedades. Na sociedade tribal, todos decidem para onde irá o excedente. Numa sociedade chama "civilizada", alguns poucos decidem por muitos sobre o mesmo excedente.

Modos de Produção doméstico :

1. A terra como objeto de trabalho: explorada diretamente sem receber investimento de energia humana; caça, coleta diárias, dificuldade de preservação do produto; não há estação morta; adesão: relações voluntárias, precárias e reversíveis.

2. A terra como meio de trabalho: investimento de energia; relações de parentesco: filiação ou alianças - acesso a terra subordinado a elas; desenvolve-se conhecimento de técnicas agrícolas: uma maior produção para que se possa prover durante a estação morta; composição mutável da equipe de produtores: os que vem antes e os que vem depois - crianças, adultos, velhos e ancestrais; equilíbrios entre indivíduos produtivos e improdutivos.

Na comunidade doméstica o produto alimentício é repartido:

1. parte para a reprodução do próprio produto (sementes)
2. parte para as atividades sociais
- 3 parte mais importante: destina-se ao consumo da própria comunidade com fins de:
 - reconstituição da energia dos produtores
 - produção dos futuros produtores
 - consumo pelos antigos produtores.

Vamos tentar colocar estes elementos em numeros:

A = período pré-produtivo da infancia

B = período produtivo do adulto

C = período pos-produtivo da velhice

$$A + B + C = T$$

Vamos colocar os mesmos elementos em quantidade:

α = consumo anual por indivíduo

β = produção anual por indivíduo

αA = consumo da criança durante seus anos pré-produtivos

αB = consumo do produtor durante seu período produtivo

αC = parte destinada ao indivíduo em seu período de pós-produção

βC = não produz energia útil, como o faz

βB = produção de subsistencia de um indivíduo durante seu período produtivo.

Vejamos então quais as condições de reprodução:

Reprodução simples: $\beta B = \alpha (A+B+C)$ → Tudo o que é produzido é consumido. Cada produtor se reproduz por apenas um substituto.

Reprodução ampliada: $\beta B > \alpha (A+B+C)$ → o produtor reproduz mais que um substituto.

Taxa de reprodução doméstica: Rd

Sobreproduto bruto: S

$$Rd = \frac{\beta B - \alpha (A+B+C)}{\alpha A} = \frac{S}{\alpha A}$$

Rd inclui, dentre os dependentes do produtor, seu substituto, isto é, a criança que o substituirá como reprodutor

Reprodução líquida: Rn inclui o número de crianças suplementares, exprime o crescimento doméstico:

$$Rn = \frac{\beta B - \alpha (A+B+C)}{\alpha A}$$

Fórmula válida para cada reprodutor, homem ou mulher.

$y = \text{n}^\circ \text{ de velhos}$
 $x = \text{n}^\circ \text{ de jovens}$

que podem ser nutridos pelo trabalho do produtor considerado produtivo.

Os índices 0, 1, 2 : conforme estejam na 1ª ou na 2ª posição, indicam a origem ou destino do produto.

- 0 = geração posterior (jovens)
- 1 = geração presente produtiva (adultos)
- 2 = geração anterior (velhos)

Produção vitalícia de um produtor em termos da distribuição do produto:

$$E = x_0 A_{00} + y_0 A_{01} + z_0 A_{02}$$

Consumo vitalício:

$$x_1 A_{10} + x_2 A_{20} + x_3 A_{30}$$

- E = energia gasta
- E_b - energia gasta para produzir alimentação
- E_i - energia gasta para a conservação (utensílios...)
- E_d - energia gasta noutras atividades: económicas (trocas), políticas e sociais (tempo livre da comunidade, seu progresso, seu florescimento cultural)
- E_r - saldo

Cada indivíduo deve:

- $x A_{21}$ - repor o que consumiu quando pré-produtivo
- $x A_{01}$ - garantir o que vai consumir quando for pós-produtivo
- $x E_{11}$ - prover seu sustento atual.

há necessidade um sobre-produto para que se dê o crescimento demográfico. Vendo a realidade podemos dizer que a capoeira precisa de 25 anos de descanso, a mata precisa de 10 a 15 anos, capim de um a dois anos

- | | | |
|--|--|--|
| 1. para produzir precisa de 3 a 4 hs de trabalho | 2. para produzir precisa de 6 a 8 hs de trabalho | 3 para produzir precisa de 10 a 12 horas de tra. |
|--|--|--|

Neste esquema, a primeira condição para se permitir o crescimento demográfico é criar técnicas agrícolas ou conservação dos produtos.

Problemas de desequilíbrio:

0 que acontece se tiramos um destes elementos?

Formação social: realização e transformação histórica

No processo de expansão capitalista verificam-se as tendências de: apropriação direta de importantes fontes de forças produtivas, como a terra, os minerais, produtos de plantações. Uma ilustração histórica disto é a apropriação violenta desses recursos nas colônias.

2. destruição sistemática de estruturas sociais não capitalistas. Cada

O caráter pacífico destes eventos técnicos é ilusório. Assistimos a uma evolução: economia natural..... economia rural (artesanato e agricultura juntos)..... economia capitalista.

Em algumas condições históricas pode-se perceber como o processo se desenrola. Vejamos um exemplo bastante comum no Brasil: o relacionamento de comunidades indígenas com a economia de mercado via fornecimento de força de trabalho a economia de mercado (assalariamento):

Teoricamente os componentes da força de trabalho são:

- a) sustento do trabalhador durante seu período de emprego (ou reconstituição da força de trabalho imediata)
- b) manutenção do trabalhador em períodos de desemprego, doença, etc.
- c) substituição do trabalhador pela manutenção de sua prole (reprodução)

Apenas o primeiro desses componentes constitui mercadoria imediatamente disponível no mercado e, como, na prática, o salário (por dia, hora) remunera apenas a força de trabalho utilizada durante a jornada de trabalho, concluimos que a reprodução da força de trabalho, enquanto mercadoria futura, é produzida fora das normas de produção capitalista.

A comunidade indígena e mais especificamente a família realiza a produção e a maturação dessa força de trabalho, cujo custo é em parte coberto pelos serviços assistenciais e, basicamente, pelo trabalho doméstico não remunerado.

Quando o trabalho assalariado é conjugado com o cultivo de roças de subsistência, o custo da própria reposição da energia gasta pelo trabalhador assalariado pode se localizar em níveis mais baixos ainda.

O colonialismo, entendido aqui como processo de criação de condições para o desenvolvimento local da produção capitalista, ou seja, o processo de destruição progressiva das condições para a reprodução autônoma dos sistemas indígenas não opera de modo uniforme em todas as regiões onde se implanta, embora mantenha constante sua tendência histórica de incorporar práticas econômicas não capitalistas.

Assim, num certo estágio da implantação capitalista pode haver condições ou vantagens imediatas em absorver integralmente comunidades indígenas.

Nestas condições, exploram-se trabalhadores e as células familiares responsáveis pela criação do futuro produtor, permanecendo a terra como objeto e meio de trabalho da própria comunidade.

Por esse processo, a comunidade indígena é preservada como modo de organização social produtora de valor em benefício do capitalismo, mas a caminho da destruição por se ver privada dos meios de sua reprodução. A energia da comunidade é canalizada para fora.

Vejamos exemplos do que ocorre em regiões da África:

A hipótese central de Meillassoux é que o processo real de crescimento e expansão capitalista se faz pela incorporação contínua de novas terras e, mais ainda, de novas populações sob o efeito do imperialismo e da colonização.

Nesse processo, ocorre transferência gratuita de valores em direção dos centros hegemônicos:

- transferência da terra (que se incorpora ao capital pela apropriação)
- transferência de força de trabalho através da migração em direção a cidades

- êxodo rural

- migração temporária

Se a migração definitiva é um meio de contribuir gratuitamente para a reprodução da força de trabalho disponível no mercado capitalista, ela não resolve o problema de seu sustento. O montante de migrações não é comandado pela demanda do setor industrial, mas pelo ritmo das expropriações, insolvências ou fome rurais.

Segundo Meillassoux, uma forma de acumulação primitiva que não cessou de ganhar importância depois da 2ª Guerra Mundial, e que tem sido utilizada pelo capitalismo europeu e africano, é a que se realiza pela migração de trabalhadores temporários e de "retorno". Neste tipo de migração, dá-se a preservação e a exploração da economia agrícola doméstica.

No período inicial da expansão imperialista, populações inteiras foram caçadas, parcial ou totalmente exterminadas para abrir lugar para fazendas ou companhias concessionárias.

Mas isso não ocorreu de forma generalizada: na África, ainda em 1950, somente 5% de sua superfície total tinha sido explorada pela colonização. Mesmo na África oriental e austral, a extensão de propriedade privada - em benefício de colonos - foi limitada pela criação de "reservas".

Segundo o autor, a médio prazo a comunidade doméstica podia ser melhor explorada sendo preservada, em lugar de destruída. Isso porque, sendo a força de trabalho produto social da comunidade, a exploração de um de seus membros acarretava a exploração de todos os outros. Vejamos como:

forma "tradicional": o trabalhador é recrutado nas estações não produtivas do setor doméstico e trabalha na proximidade de sua aldeia, alimentando-se do produto doméstico.

formas mais desenvolvidas: a força de trabalho pode ser empregada: em culturas de exportação, se essas puderem ser praticadas total ou parcialmente fora dos períodos de produção doméstica; em produção não-agrícola comercial, independente do ciclo sazonal.

A primeira maneira corresponde ao desenvolvimento da agricultura comercial. A segunda a organização de migrações de "retorno".

Resumindo:

1. o trabalhador é empregado no setor capitalista somente durante a estação morta e se alimenta das reservas domésticas durante esse período.

2. o trabalhador é empregado no setor capitalista somente na estação morta, mas é afastado de seu lugar de origem. Da renda é deduzido o valor do alimento fornecido pelo empregador para a reconstituição da força de trabalho imediata. Nesse caso, o trabalhador economiza o volume de seu consumo do produto doméstico.

3. o trabalhador é empregado no setor capitalista por período superior ao da estação morta. Ao lado do alimento necessário à reconstituição da força de trabalho imediata, é necessário que se adicione à sua remuneração o equivalente necessário para cobrir sua ausência durante o período produtivo doméstico.

A exploração do trabalho nessas condições realiza uma transferência do setor doméstico ao setor capitalista proporcional à idade do migrante e à duração do emprego no setor capitalista:

- a) uma transferência equivalente ao valor mercantil dos produtos investidos por seus ascendentes na sua produção como produtor de força de trabalho;
- b) uma fração proporcional do valor mercantil dos produtos consumidos pelo trabalhador durante seus períodos de desemprego pagados no setor doméstico (doença, incapacidade, desemprego);
- c) a totalidade de sua "aposentadoria" que será assegurada por seu próprio trabalho ou pelo trabalho de seus próximos.

Entre a forma "tradicional" e a mais desenvolvida há uma diferença: no primeiro caso, o trabalho forçado não é pago; no segundo, o trabalhador recebe um salário.

No 1º caso temos apenas renda-trabalho; no 2º, o lucro aparece não como renda gratuita, mas como mais-valia (constituída pela diferença de valor entre o preço dos alimentos consumidos e o valor das mercadorias produzidas).

Pergunta o autor: o que ocorre com a renda?

Ela subsiste porque a soma paga pelo empregador cobre apenas a reconstituição imediata da força de trabalho.

Seu lucro do patrão se constituiu apenas de mais-valia, dele seria deduzido as frações acima relacionadas a, b, c.

O autor conclui que de modo geral é possível dizer que o trabalhador vinculado à agricultura de auto-subsistência e a um emprego remunerado no setor capitalista produz renda em trabalho e mais-valia.

Diante disso, nas colônias a fração do território colonizado é subtraída da apropriação privada dos colonos. São as reservas ditas de terra, mas principalmente de mão-de-obra.

Sob o pretexto de preservar as condições de vida tribal, as autoridades tentam conter a emergência da propriedade privada da terra e a constituição de relações capitalistas de produção.

Cada família recebe, em princípio, para a sua subsistência, uma parcela de terra (proporcional ao tamanho da família). Tais parcelas são inalienáveis, para evitar sua eventual concentração nas mãos de uma classe de proprietários rurais locais; não permite o emprego de assalariados nessas terras nem o cultivo de culturas para renda. A circulação monetária é reduzida ao mínimo a fim de evitar concentração de capital que conduziria a uma transformação das relações de produção e um retorno da força de trabalho para atividades remuneradas no interior das reservas.

.....
TRABALHO NECESSÁRIO PARA ESSENCIAL

PRODUTOS	QUANTIDADE	DESZ: 65	MARC. 76
carne	6.000 KG.	26h24min.	54h.19min
leite	7,5 l.	04h.15 min.	06h.45min.
feijão	4.500 KG.	07h.08	21h.15min.
arroz	3.000 "	03h.45 "	07h.38 "
farrinha de trigo	1.500 "	02h.23 "	01h.40"
batata	6.000 "	07h.36 "	09h.55"
tomate	9.000 "	08h.24 "	21h.54 "
pão	6.000 "	07h.48 "	18h.02 "
café	0.600 "	00h.46 "	08h.55 "
banana	7,5 dúzias	04h.00 "	15h.53 "
açúcar	3.000 KG	03h.48 "	03h.10 "
manteiga	0.750 "	07h.19 "	03h.23 "
banha	0.750 "	03h.44 "	09h.32 "

TOTAL	----	87h.20 min	182h. 11 min.

base: salário mínimo de São Paulo
fonte: DIEESE (jornal da tarde 23-4-76)

APUNTES PARA UNA TEOLOGÍA DE LA MISIÓN

Bo sin desgarramiento se están produciendo en los últimos diez años radicales transformaciones en lo que tradicionalmente llamábamos la "actividad misionera de la Iglesia". Respiramos un aire de crisis, que, por lo demás es anuncio de una nueva época. A ello han contribuido algunos factores:

1) La nueva comprensión de la realidad socio-política. Científicos sociales, antropólogos hacen una dura crítica a las misiones tradicionales que ellos ven comprometidas con el orden establecido, instrumentos de penetración ideológica a servicio de los intereses dominantes. En consecuencia se ha desenmascarado la pretendida neutralidad de cualquier acción indigenista, para interpretarla como parte de un proceso histórico global, que, por esencia, contradice las exigencias fundamentales del Evangelio. El apoliticismo no es sino una forma velada de hacer política. En otros términos: es posible hablar de evangelización pura al margen de la marcha envolvente de determinados sistemas? (1).

2) Con ello se ha desmitificado la misión, revestida en otros tiempos de cierto halo de heroicidad. La misión de los que eran enviados para "civilizar" para hacer "cristianos", para "implantar" la Iglesia, para "enseñar", etc. Descendieron las vocaciones misioneras. Los mismos misioneros se preguntaron con desaliento sobre lo que habían hecho y qué sentido tendría lo que en el futuro habrían de hacer.

3) Inmediatamente vinculado a esto surgió el problema de la identidad del sacerdote y de la vida religiosa, el deslinde entre lo realmente evangélico y la cultura, entre fe e ideología, entre contenido evangélico y categorías mentales. Si la misión no es bautizar como Francisco Javier; si el anuncio lo estamos formulando en el ámbito de estructuras mentales e ideológicas greco-romanas; si civilizar es contribuir al afianzamiento de un orden substancialmente injusto; si la educación, las escuelas y los internados son medios de domesticación; entonces, ¿qué es la misión? O, en última instancia, mejor sería dejarlas cosas donde están y retirarnos.

4) Pero el conflicto no era provocado solamente desde fuera de la Iglesia. También de dentro. La desarticulación de la institución eclesial por medio de la dinamización de la teología de la Iglesia como pueblo de Dios a partir de la Lumen Gentium, nos traía un nuevo problema al tapete: quienes realmente pertenecen a la Iglesia y cuál es el papel de la Iglesia en la historia; si la Iglesia es única depositaria de la verdad; si en el corazón de todos los hombres y culturas está vivo y actuante el Señor; si el anuncio misionero es llevar, es descubrir, o es dialogar; si antes de cualquier anuncio explícito, el Verbo, por quien todo fue creado, trabaja y empuja la marcha de toda historia, de cada sociedad, de cada cultura (M.G. 13). A.G. 9-10; LG 36; GS. 58; SC 119, 122, 123; AA 27 etc. etc.). En tales condiciones pretendemos hacer una reflexión acerca de la teología de la misión para abrir algunas pistas de praxis pastoral coherente en nuestras circunstancias específicas.

I. ALGUNOS PRESUPUESTOS PARA LA COMPRESION DE LA TEOLOGIA DE LA MISION

1.) Presupuestos históricos.

a) La teología y la pastoral de la misión se elabora con especial acento a partir del descubrimiento y la conquista de América. Ello supone que se realiza en el marco de una situación de cristiandad, época prolongada en España por las luchas contra la reforma protestante. La cristiandad se caracteriza por la simbiosis entre lo temporal y lo religioso, por su ideal de sacro imperio, y por la conciencia intransigente de que la Iglesia es la única arca de salvación.

(1) Surge de inmediato el problema de si el cristianismo es o no es una religión o es una ideología; es natural o sobrenatural.

Esto determina la relación: colonia-misiones, lo que conlleva una ideología teológica del sistema colonialista e feudal, a pesar de excepciones tales como Bartolomé de las Casas, Bernardino de Sahagún, Cristóbal de Molina, Vasco de Quiroga, etc. Mas adelante podemos apreciar el cuadro comparativo de las consecuencias pastorales y socio-culturales. De todas formas, la evangelización se realiza en el marco estricto de la cultura greco-romana.

B) Esta actitud se prolonga prácticamente hasta el siglo XIX. La Iglesia ha fijado sus instituciones. La teología se caracteriza por su tono apologetico filosófico. La misión se define por la implantación *Ecclesiae* entendida en un sentido institucional (cosa que se prolongó de alguna manera en el siglo XX a través de Pío IX e Pío XII en su encíclica *Evangelii* prácticas (1951).

Cualquier esfuerzo o aproximación a la cultura por vía de adaptación había sido cercenado. Basta recordar la bula de Benedicto XIV *Ex quo singulari* (1742), que excluyen casi totalmente toda posibilidad de incorporación de los ritos autóctonos (China) a la liturgia. Solo en 1936 la sagrada congregación de Propaganda Fide facilita para el Japón alguna forma de apertura rompiendo con las normas anteriores.

C) En el siglo XX

1. El reformismo neo-escolástico animado por León XIII no logró dar respuestas a los graves problemas que planteaba y irreversiblemente la marcha del mundo y que se filtraban en la Iglesia. De hecho el modernismo pretende situarse como Iglesia en el contexto circundante, bajo la influencia del evolucionismo y el historicismo. Mas quedó reprimido drásticamente por la encíclica *Pascendi* de S. Pío X (1907), lo cual dio origen en el movimiento pendular de la Iglesia al integrismo, que alentó las corrientes misionológicas más ortodoxas y romanizadas, y que aun hoy mantiene su continuidad.

2. En el período de entreguerras se dan algunos esfuerzos de renovación bíblica y teológica, pero siempre tímidos, y tratándose de sustentar sobre la doctrina más clásica respaldada por Roma, sobre todo en cuanto a las corrientes bíblicas.

3. Surge la generación del 30, influida por las corrientes bíblicas racionalistas, por el existencialismo y el personalismo. Es el retorno a las fuentes, para iluminar el sentido de la Iglesia, en medio de una sociedad irreversiblemente alejada de los moldes cristianos. Dos hechos pastorales van a tener un influjo revelante sobre la teología de la misión:

La Acción Católica, que al enfrentarse con el mundo siente la necesidad de romper el cerco de la Iglesia y abrir una comunicación no refutativa sino dialógica con los no creyentes, lo cual es un hecho de conciencia. Un cambio fundamental de perspectiva. La Iglesia es esencialmente diálogo, y debe transformarse a sí misma en las diversas culturas.

Los obreristas. No surgió de una teología formulada, sino de un movimiento con los más oprimidos y desposeídos. Se descubrió que la Iglesia realmente podría hacerse presente por la encarnación. No era cuestión de proporcionar hombres, sino de compartir su destino. La comunión funcionaba a través de la institución también de destino. El problema era la comunión de destino: estado de misión.

4. La nueva percepción de la misión obliga a revisar la misma concepción de la eclesiología. Se derivan algunas consecuencias inmediatas:

La Iglesia no puede considerarse a sí misma únicamente desde su dinamismo interno, sino desde su misión con relación a... No tiene derecho de apropiación de lo que el mundo es, tiene, realiza. No ha venido a ser servida, sino a servir. Mas afortunada es la expresión de fermento (Chonur), que la Iglesia (Congar).

La Iglesia, como Cristo, realiza su misión en la medida en que se encarna, asumiendo la condición humana.

La Iglesia descubre su papel en coherencia con todo el proceso de la creación, a partir del cual se vivifica en la fe asimismo misma.

5. De la nueva concepción de la misión al problema de las solidaridades no había más que un paso. Monsenior Ancel escribía en 1951 a los sacerdotes obreros: "Un sacerdote no tiene derecho a pertenecer a ninguna

clase social. La reflexión teológica llevó a plantearse el problema de las implicaciones políticas subyacentes a cualquier forma de compromiso misionero. Incluso históricamente se podía comprobar desde las nuevas categorías como cualquier movimiento del social había puesto en cuestión el régimen de solidariedades. La pobreza de las ordenes mendicantes rompía con una economía de opresión; todo un sistema económico es contestado por la actitud de Francisco de Assis, por ejemplo. Queramoslo o no estamos encuadrados en una determinada clase.

Los ideales de la nueva cristiandad se desvalocaban con toda su praxis, y renacían algunas cuestiones fundamentales como: la libertad del interlocutor en un proceso de evangelización? la necesidad de una transformación de la Iglesia en función de la misión. Juan XXIII diría más tarde en la Pacem in terris: todo ser humano tiene derecho a la libertad en la búsqueda de la verdad". La misión es el encuentro con el otro, donde Dios se revela, y exige una transformación recíproca tanto por parte de quien anuncia, como de parte de quien lo acepta. Así el encuentro supone: una solidaridad absoluta, por una parte, y, por otra, el desinterés por tratar de convertir intelectualmente. Montcheuil dirá: "No estamos en el orden de la demostración sino de la apreciación de valores". C.M.J. Le Guillou, La misión como tema eclesiológico en Concilium 13 (1966, PP. 406-450).

6. El concilio Vaticano II y más tarde Medellín consagran los puntos claves de esta reflexión teológica:

-Plantea la misión como consubstancial a la misma Iglesia (LG.1...)

GS.1 y s.; AG 1 y s., 35.)

-La Iglesia como prolongación de las misiones trinitarias (LG.1, AG, 2, 3, 4 A 35.

-La encarnación como despojo de todo aquello que nos separa de los demás de la tentación de la evasión histórica (LG.5; GS.58; AG, 4, 9, 10)

-La actividad misionera deberá fecundarse con el resto de las iglesias, como parte de ellas. Las misiones no son propiedad privada de los que trabajan en situaciones de misión (AG, 36; LG. 32; CD, 6)

7. El proceso de la teología y la praxis misionera en América Latina en los últimos 10 años

Seguiremos los momentos más significativos de la reflexión misionera a través de los documentos y encuentros de mayor impacto:

1) Encuentro de el DMCEM Ambato (Ecuador) del 24 al 28 de abril de 1967. Tomó la decisión de revisar y analizar la actividad misionera de la Iglesia en América Latina y realizar el encuentro de Belgar.

2) Encuentro sobre la pastoral de las misiones en América Latina, (Belgar, Colombia, del 20 al 27 de abril de 1968, con asistencia de 65 personas misioneras del continente.

Características

-Parte del análisis (y previa encuesta) de la situación de las misiones.

-Incorpora el sentido de la misión y plantea la misión como Iglesia a partir del L.G. G.S. y otros. Recurre al concepto de situaciones misioneras.

-Supera, en un primer intento, cualquier nivel integracionista o asimilatorio, aunque se queda en un nivel adaptacionista, desde la perspectiva de la misma Iglesia. En consecuencia no se plantea aun con radicalidad el problema litúrgico y otros.

3) Encuentro de Caracas Del 14 al 19 de septiembre de 1969. No tiene mayor importancia, ni supone un avance en la reflexión. Es más bien intraeclesial y hace algunas anotaciones sobre la colegialidad, la distribución de territorios eclesiales, etc. (Conf. Dossier en el Folder)

4) Encuentro de XICOTEPEC (Méjico) del 25 al 28 de enero, 1970.

-Comienza con un análisis de la situación concreta de los indígenas en Méjico.

-Introduce una reflexión teológica a partir de Cristo Liberador.

-Plantea como opción fundamental la encarnación de la fe en las diversas culturas. Históricamente el cristianismo y su anuncio en América Latina está vinculado a toda una cultura de dominación.

5) PRIMER ENCUENTRO DE PASTORAL DE MISIONES EN EL ALTO AMAZONAS :

Iquitos, (Perú). Del 21 al 27 de marzo de 1971. Participan cinco países amazónicos. Supone un paso importante:

- Parte del hombre amazónico y su situación, mas en una forma menos descriptiva y mas crítica, como parte de un proceso de marginación estructural socio-política.
- Reconoce explícitamente la implicación política, más o menos consciente de nuestra actividad misionera en la región. Nuestro trabajo y nuestra presencia se han convertido en instrumentos de dominación.
- La Iglesia en tales condiciones ha de encarnarse y dejarse transformar. No simplemente adaptarse. Una Iglesia que descubre al Señor que está vivo y actuante en el corazón de las culturas.
- La Misión es por lo tanto un encuentro.
- La Iglesia que sigue a Cristo asume cada situación histórica. No monoculturiza. Revela el misterio de Dios en el misterio del hombre.
- La liturgia ha de ser una consecuencia de lo mismo.

6) PRIMER ENCUENTRO PANAMAZONICO DE PASTORAL INDIGENA: Manaus del 20 al 25 de junio de 1977. Participan seis países amazónicos.

- Es la culminación de toda una fase iniciada en Melgar.
- Melgar se preocupa más de la transformación de la Iglesia en sí. Manaus atiende más a una ubicación frente al sistema. Asume ante todo el problema de la causa indígena.
- Desarrolla una vocación de denuncia con relación a la iglesia y al resto de la sociedad.
- Plantea alguna estrategia para que la Asamblea Episcopal Latinoamericana de Puebla, (Méjico) incorpore el problema indígena a sus reflexiones lo que no hizo Medellín.

2. PRESUPUESTOS TEOLÓGICOS:

No cabe duda de que el concepto teológico de salvación ha experimentado una revisión y profundización a partir de la actividad misionera. Podemos señalar algunas líneas teológicas que pueden constituir pistas para una ulterior reflexión:

a) No hay dos Historias, una salvífica y otra profana, separadas. Existe una sola Historia salvífica, en la que están comprometidos todos los hombres (Colosenses 1,16). Cristo es el centro y eje de este designio salvífico, (Hechos 2,36; GS,22; LG,13). La salvación comienza con la creación, no es un gesto posterior a ella. Todo está involucrado en ella (Ef 1,3-5). Tenemos que comprender pues que es lo sobrenatural.

b) Esto nos lleva a tener una nueva comprensión de la Revelación. Una concepción abstracta, impersonal, conceptual, nos llevará a una determinada teología y a una praxis concretas particulares. Hablar de revelación como manifestación de Dios en la Historia, cuyo centro es Cristo, determinará consecuentemente una diversa forma de teología, de praxis evangelizadora, de moral, de liturgia. En la concepción tradicional se han formulado las verdades dentro de determinadas categorías aristotélicas que además han sido aplicadas indiscriminadamente a otras cosmovisiones totalmente distintas.

REVELACION -----TEOLOGIA-----EVANGELIZACION-----MORAL.

Desde esta perspectiva entendemos la teología como "Una reflexión crítica", a la luz de la Palabra aceptada en la fe, de la presencia de la Iglesia en el mundo" - (Gustavo Gutiérrez). Por lo tanto la teología en cuanto reflexión es posterior a una acción pastoral, a un compromiso evangelizador y liberador de la comunidad cristiana en la Historia.

c) La creación está estrechamente ligada a la liberación de la esclavitud de Egipto, (Is,59,1ss.) Mas esta liberación es un hecho histórico, político que devuelve su identidad a un pueblo por (etnia) alienado, desintegrado, que no era ya pueblo. Se inicia el Exodo como una lucha responsable para destruir el orden establecido, la injusticia, y asumir la propia libertad como tarea e como destino. Esta liberación siendo un hecho político es interpretada como un hecho también religioso. Dios envía a un libertador. Cristo es la plenitud de este movimiento que recrea, que libera totalmente. (E. Nuntiandi 29,30,31; GS 3; GS,26,29; Medellín: justicia y paz.)

d) Por lo tanto: incorporarse a la tarea de la prolongación de la creación es participar en la salvación, es prolongar el proyecto de Dios.

Liberar de la dominación de las causas generadoras de la injusticia misma es salvar. No son toda la salvación, mas si forman parte necesaria de ella. Esta participación en la obra creadora no tiene sentido si no se realiza humanamente, es decir, si no está alienada por las estructuras que intrínsecamente someten al hombre y le quitan la posibilidad de ser el mismo y asumir su propio rol histórico. El pecado, como negación del don de Dios, tiene una concreción histórica, es la ruptura de la fraternidad entre los hombres. Todo lo que destruye la fraternidad, la comunión, todo lo que elimina la vida, es pecado, germen de muerte. La liberación de Cristo es una liberación total, y no es espiritual, ni exclusivamente religiosa (GS 3; EN 30-33).

e) Todos los hombres están llamados a la plenitud de Cristo que impulsa a los hombres por diversos caminos (GS 38,39). El, encarnado y resucitado, está presente en la vida de los hombres antes de que la Iglesia realice el anuncio. Ella celebra en la alegría y la esperanza esta Presencia, y empuja la marcha de la historia hacia la libertad. Acoge en actitud contemplativa esta presencia. Por esta sacramentalidad mediadora, ella misma, consciente por la fe, del destino y vocación del hombre, invita a los demás a participar. Pero su "consciencia" no consistirá solo en saber, sino en comprometerse, en "anunciar la palabra liberadora y contribuir a que esta Palabra tenga la eficacia histórica que le es propia" (Documento de la evangelización del episcopado peruano, 1964; CLG 1,49).

f) Escuchando al pobre, al explotado, predilección del Reino, se libera y se transforma a si misma. Para ella anunciar será también denunciar al modo de los profetas, relativizando cualquier idolatría, que genera las dependencias. Esto afecta radicalmente a todas las estructuras que reflejan de algún modo la estructura dominante. Encarnarse quiere decir asumir la condición de pobre, del nativo en su ámbito cultural. Ella misma se transformará, fiel en la escucha del Señor que lo llamara desde el corazón del pueblo, para el que está creada. Su misión será encontrarse con Dios en el encuentro con los hombres (Ef 4,4ss; Iquitos 28,29; Lc 4,18. 7,22)

II. ALGUNAS PISTAS DE REFLEXIÓN TEOLÓGICA SOBRE LA MISIÓN Y LAS CULTURAS

(Podría todo esto llevarnos en forma retrospectiva a hacer algunas consideraciones sobre el desarrollo del AT, en relación con la cultura propia de un determinado pueblo que tiene influencias de otros pueblos con los que mantiene contacto. La creación se nos presenta como un poema litúrgico con reminiscencias mitológicas; la concepción sobre el cielo, la tierra y el abismo. El Deuteronomio tiene cierta dependencia del código de Amurabi. El "herem", la costumbre de incinerar las ciudades vencidas, se convierte en un rito para los hebreos. La circuncisión es convertida en rito religioso. Se da agorería y adivinación (Samuel y Saul), etc. La historia de las Religiones no ha venido a descubrir una serie de elementos de tipo cultural, incluso no genuinamente judíos que están diseminados a lo largo de la Biblia. Dios se revela a través de la misma historia que hacen los hombres, en un proceso creciente de liberación y clarificación en la syncretización o paciente condescendencia.)

1. La evangelización en los tiempos apostólicos

Para mejor situar nuestra acción misionera y revisarla críticamente vamos a recurrir a la Iglesia primitiva, a las constantes más destacadas y a las variaciones concretas en que actúa. La Evangelización de aquella época afecta principalmente a tres grandes culturas: la judía, la griega y la romana. Al tratar de ver las reglas de esta evangelización vamos a utilizar un método estructural lingüístico, que basa la significación, no tanto en el contenido semántico, cuanto en la relación que tienen entre sí los elementos significantes. Nos servimos de los elementos: la variable y la variante.

Variante es todo lo que se refiere al contexto y a sus manifestaciones.

Variable es todo lo que se refiere a la evolución, alcambio de significado.

Veamos al caso de las genealogías de Jesús

Mateo escribe para los judíos, para quienes la genealogía tiene una importancia capital en función de la conexión de la persona con la Historia de la Salvación. Mateo dice primero: "Jesucristo era descendiente de David y de Abraham" (Mt 1,1-17). Pero luego añade: "...María su madre estaba comprometida para casarse con José, y antes que vivieran juntos, ella se encontró encinta por el poder del Espíritu Santo" (Mt 1,18). En la primera parte, para el contexto judío, todo es normal. Hay una variante contextual. Pero luego el discurso cambia esencialmente al añadir que fue por el poder del Espíritu Santo. Aquí está la variable, ya que el Espíritu nunca había actuado de esta manera.

Marcos escribe a los convertidos de Roma, donde había mucha influencia del juridicismo romano. Ellos hablaban de la "ley y los profetas" Comprendían tales términos. Pero al anunciar a Jesús introduce una novedad, la de Hijo de Dios: "Evangelio de Jesucristo, Hijo de Dios, como está escrito en el profeta Isaias" (Mc 1,1).

Lucas escribe para los griegos que han sido evangelizados por Pablo, y por lo tanto familiarizados con la versión de los setenta y con las promesas de David. No da importancia a la genealogía. Sino que se centra en el Pneuma que es diverso del Ruaj hebreo (Lc 1,26-27,35).

Juan utilizara las variantes: Dios, principio, el mundo, elementos que se encuentran en el contexto tanto judío como griego. Las variables son: el Logos, su acción creadora, la vida como lo único capaz de dar sentido a la experiencia humana, la fuerza de la fe que hace al hombre hijo de Dios, etc.

Los Hechos de los Apóstoles (baste analizar detenidamente el capítulo 15,1-35).

- La ley se presenta como necesaria para la salvación (Hech 15,1).
- La imposición se juzga como tentar a Dios (Hech 15,10).
- Dios visita a los gentiles antes de que lleguen los evangelizadores (14-18).
- Se aprovecha la oportunidad para afirmar la evangelización recurriendo a realizaciones comunes de ambas culturas evangelizadoras y evangelizadas (20).
- La evangelización no está terminada. Se exige un mayor esfuerzo evangelizador (22, 26-27).
- Hay hermanos entre otras razas (23).
- Se desconoce la evangelización que no tomó en cuenta la fe de los gentiles (24).
- etc. etc.

2. Misión de la Iglesia y misterio Trinitario

a) Mas arriba hemos anotado como en una concepción cosificada de la revelación, esta era formulada dentro de determinadas categorías filosóficas. Una visión platónico aristotélica del Misterio Trinitario ha tenido en la vida de la Iglesia hondas repercusiones. K. Rahner ha llegado a decir: Los cristianos, a pesar de que hacen profesión de fe ortodoxa en la Trinidad, en la realización religiosa de su existencia, son casi exclusivamente 'monoteístas'. Esto nos podría plantear el problema de definir si realmente tiene algún sentido el misterio del Dios Trino en la vida de la Iglesia y en su misión. Fuera, pues, de cualquier disquisición conceptual hagamos algunas aplicaciones inmediatas para nuestro propósito. La finalidad que se propone la trinidad con sus misiones operativas es la de manifestar que Dios llama al hombre a participar de su misma vida. Es decir, lograr el equilibrio que pone a Dios en sus obras y en las obras de Dios. El decreto Ad Gentes dice que el designio de la Trinidad consiste en que "el que es Creador de todo se haga finalmente 'todo en todos' (1 Cor 15,28; AG 2). Es decir, que el propósito universal de Dios es la salvación del género humano (AG 3). Este plan de Dios, en un determinado momento se convierte en antropológico, en que Dios se convierte en experiencia. Podemos decir que

en la Encarnación se da el momento antropológico de Dios con el hombre, y es el momento teológico del hombre con Dios. De tal manera que podemos afirmar que "toda afirmación de Dios es una afirmación sobre el hombre". Es decir, que el hombre es imagen de Dios. Y esto querrá también decir que diferentes visiones o afirmaciones de Dios tienen como consecuencia diferentes visiones o afirmaciones del hombre y del mundo, y viceversa (esto nos llevaría a redefinir el sentido del sobrenatural, como el de sacramentalidad de las realidades terrenas).

En la Encarnación Dios se presenta asumiendo la cultura, las tradiciones, el hablar, el sentir, es decir, el esfuerzo de los hombres. Jesucristo asume la historia, las esperanzas y sufrimientos del pueblo. Su predicación está impregnada del mesianismo sufriente. Cuanto es pobreza, injusticia, enfermedad, alcanza en él la liberación plena. Su encarnación lleva consigo una liberación de la cultura a la que pertenecen apesar de que él no haya venido a destruir (Mt 5,17).

b) Se dan tres dimensiones en la sociedad: lo económico, lo cultural y lo político.

- Lo económico es la realidad total del mundo, lo terreno, lo mundico. Lo tomamos en un sentido de valor, de riqueza. Por eso lo llamamos económico.

- Lo cultural corresponde a la dimensión de la historia. Solamente el hombre, capaz de hacer cultura, es sujeto de la historia. El animal no es capaz de distinguirse del mundo. El hombre es capaz de transformar el mundo no solo a nivel de lo concreto, sino abstrayendo, simbolizando, con lo cual se comunica con los otros. Lo cultural es la comunicación con los otros, a nivel de símbolos.

- Lo político es la afirmación del yo, de la libertad, de la decisión, de la capacidad de decidir sobre su mundo.

La ENCARNACION es la inserción en la historia de una persona de la Trinidad, que que se hace realidad mundica. De esta suerte hay una estrecha relación entre el Hijo y la realidad económica, cósmica. Tener fe en Cristo es valorar lo terrenal.

La REVELACION brota de la realidad visible. Dios se manifiesta en Jesucristo, através de toda la historia de los hombres, que se convierte en evidencia sacramental. La Revelación es un aspecto nuevo de la Encarnación en que que, lo que ya se da en la realidad concreta, lo traduzco en conceptos y símbolos y lo expreso como profesión de fe que puedo compartir con los otros. Gracias a la Revelación podemos comulgar en la misma fe, nos comunicamos. Es precisamente el espíritu el que hace nuestra unidad. Hay una estrecha relación entre lo cultural y el espíritu.

Una vez que, a partir de la realidad mundica se ha conceptualizado, se vuelve sobre esa misma realidad para transformarla conscientemente. Es el momento en que resucitamos. Llamamos Resurrección al paso entre lo cultural y lo político. Resucitar no es restablecer lo que antes había, sino vivir en un proceso de transformación. La Resurrección final es el resultado de un proceso que, todo él es resurrección. Mas no es un proceso exclusivamente religioso, sino el proceso de realización de la persona. Es el momento de la decisión que tiene estrecha relación con el Padre. Hay aquí una relación entre la afirmación de la subjetividad, del yo, y la afirmación de la transcendencia. Negarme a mí mismo es negar la transcendencia. Pretender no ser político es pretender no ser persona. Es no reconocer al Padre que nos hace responsables en la libertad. El plan de Dios es recapitular todo en Cristo, misión del Padre en el Espíritu. La Iglesia ha de seguir el mismo camino de quien "a pesar de su condición divina no hizo alarde de su categoría de Dios, al contrario se despojó de su rango y tomó la condición de esclavo pasando por uno de tantos" (Fil 2,6-7), viviendo la vida humana con todas sus luchas y contradicciones, en la fidelidad del amor a su padre hasta la muerte, y alcanzando así la gloria de la resurrección (Fil 2,8-11) (Iquitos 26). Por eso esta Iglesia, "enviada a todos los

pueblos, no puede cumplir plenamente su misión, si no se identifica con un pueblo, con una cultura" (AG 10, Iquitos 27). Habrá de descubrir en los hombres la presencia oculta del Señor, cuya energía está haciendo de su historia una Historia Salvífica. En tales condiciones la Iglesia, fiel a su misión, será una fuerza libertadora y transformante, al mismo tiempo que ella se deja transformar liberar y transfigurar (AG9,10;NA 2; LG : 17, 36; GS 58-59 etc.).

Será, pues:

- Una Iglesia que se encarna, solidarizándose con aquellos cuya vida y cuya voz son apagadas, cuya condición es consecuencia del pecado cristalizado en estructuras opresoras.
- Una Iglesia que transforma y se deja transformar. Una Iglesia que se hace pobre y crece desde el pobre, el indio, el perseguido.
- Una Iglesia pobre que escucha al hombre no como estrategia de penetración sino por necesidad de conversión de sí misma.
- Una Iglesia que no adoctrina, sino que revela lo que está ya aconteciendo en la marcha de la historia, que dialoga y escucha.
- Una Iglesia pluriforme y diversa en la unidad del espíritu, que no domina, ni impone, ni es implantada, sino que cada día nace crece y se transforma.
- Una Iglesia que asume con alegría la política, el mundo, la cultura, que se realiza al margen de ella por la fuerza de Dios.
- Una Iglesia que no tiene medios, ni edificios, ni insignias luminosas ni sofisticadas organizaciones jurídicas, ni prestigio social. Sino que es contemplativa, dialogante, enviada para el encuentro.
- Una Iglesia que celebra en la liturgia aquello que vive y descubre y anuncia, en la tensión entre las contradicciones del mal presente y la esperanza del Reino definitivo de la Comunión.

5. Dimensiones del proceso de evangelización

Podríamos señalar un esquema básico que se debe realizar en toda tarea evangelizadora en los grupos nativos, teniendo en cuenta los presupuestos que hemos ido estableciendo a lo largo de nuestra reflexión:

A) ENCARNACIÓN

El alma, el genio de la cultura está vivo, no es una "tabula rasa". No se parte nunca de la cultura invasora, sino de la nativa. Implica ello que el misionero tenga una clara conciencia de la injusticia estructural que subyace a la ideología imperante y colonizadora. Si la acción misionera no se orienta a la acción liberadora, sino que sigue siendo instrumento de dominación para el indígena, medio de integración a la "cultura nacional", mejor es no establecerse, porque así no se realiza el Evangelio. Como vamos a anunciar al Dios de la vida, sembrando los gérmenes de la muerte, destruyendo las culturas y las personas? Evangelizar es contemplar, escuchar, saber esperar, saber morir, como el grano muere bajo la tierra. Es no tener prisa por inmediatismos tendentes a satisfacer nuestras propias aspiraciones. Es dejar largas listas de sacramentos, presentar obras espectaculares, escribir libros para impresionar. Es oír en silencio y dejarse convertir. Es mantener juvenil y limpio el sentido de admiración humilde.

B) REVELACIÓN

Surgirá luego el diálogo, mas no en términos de una estrategia penetradora, sino de una sincera manifestación de como a él le ha sido revelada la salvación de Jesucristo, y revelando lo que él está descubriendo por la fe que hace en ellos, en su trabajo, en sus luchas, en sus símbolos. Ellos expresarán su experiencia salvífica, en una respuesta libre, dentro de sus terminos valorativos propios, de sus categorías y no necesariamente en el modo como se muestran en la Biblia o en los que se codifica nuestra fe en el credo.

La Liturgia será una consecuencia inmediata de la experiencia liberadora. Sentirán la necesidad de celebrar con sus propios símbolos aquello que han descubierto gozosamente, que tiene que ver con su historia, con los problemas y valores. No será adaptada sino creada. No será tomar algunos elementos para incrustarlos en nuestro mundo litúrgico, sino la plena libertad en el respeto y en el amor.

La Moral en iguales condiciones.

Primeira Evangelização

. Se juzga que la nación pagana antes de que lleguen los evangelizadores, es "un gran pueblo del Senhor" (He. 8,10)

. Ningún hombre es llamado "manchado o impuro por el hecho de no conocer el Evangelio (Heb 10,28). Toda nación que practica la justicia se tiene por "acepta a Dios" (He. 10,35).

. Teologicamente se tiene la experiencia de que la acción de Cristo antecede a los evangelizadores, y la acción de estos no ha de oponerse a ella (He. 11,17ss). Se reconoce que Cristo es el Senor de todos (He. 10,36). Ya el Espiritu había bautizado a los paganos antes que los evangelizadores (He. 15,8)

. No se imponen ni se exigen elementos revelados que no tengan razón de ser para las gentes de otra cultura (He. 15)

. R. zonas tácticas hacen que se impongan algunos elementos totalmente ajenos (H16,3)

. A algunos se les da el mensaje por grados (H. 19,1ss)

. Se habla de manera que creyeran judíos y griegos (H14,1).

. Las prácticas supersticiosas son confesadas por el mismo pueblo evangelizado, y son ellos quienes destruyen sus ídolos (H. 19,18ss)

Evangelização do s. XVII

. Se juzga que las naciones paganas antes de que vinieran los evangelizadores y aun despues, están en la idolatria y engaños del demonio.

. Los evangelizados son tenidos herejes, paganos y supersticiosos. Se reconocieron cualidades, pero sin relación con la "justicia" en sentido religioso.

. Las prácticas religiosas de los indígenas, antecedentes a la predicación son tenidas como infidelidades e invención del demonio.

. Para ser cristiano se han de aceptar todos los ritos, costumbres, ceremonias, y elementos dogmáticos propios, de la comunidad de los evangelizadores.

Los innumerables elementos extraños que se exigen no son postulados por ninguna táctica; son juzgados necesarios para la evangelización.

. A los evangelizados no se les concedió un nivel de diálogo como para rechazar ninguna revelación. El rechazo es un hecho a nivel operativo práctico.

Evangelização atual

- 34 A -

.Se distinguen cuestiones de religión de las cuestiones económicas y políticas (H19,23,40)

.Cuando se predica la libertad acerca de las costumbres pasadas, son miles los que creen (H 21,20)

. Los pueblos evangelizados siguieron hablando sus lenguas nativas y conservaron sus hábitos culturales.

. La Iglesia fue adquiriendo las estructuras jurídicas y funcionales que tenían los pueblos evangelizados.

. Los templos paganos se convirtieron en basílicas cristianas.

.El evangelizado griego romano, continuaba siendo griego o romano.

. El mensaje se daba íntegro en cada una de sus partes (Bautismo con su rito completo).

. Se hablaba de una manera uniforme para todos, el mensaje no estuvo diversificado.

. Las prácticas supersticiosas son denunciadas por los evangelizadores y son estos quienes destruyen ídolos, libros y demás.

. El juicio negativo que se dio contra las cosas del culto se dio también contra otras cosas no religiosas.

. Los evangelizados no se sintieron liberados de sus costumbres sino depojados de sus tradiciones.

. Los pueblos evangelizados, cuando no perdieron sus lenguas se tuvieron que hacer bilingües.

. Las estructuras jurídicas y funcionales de los evangelizados, donde subsistieron, quedaron paralelas a las estructuras de los evangelizadores.

. Los templos paganos fueron reducidos a escombros.

. El evangelizado perdía prácticamente su cultura.

C) RESURRECCION

Surgirá, por la acción del Espíritu, anteriora cualquier anuncio explícito, una nueva comunidad cristiana, una nueva Iglesia que sienta necesidad de proclamar aquello de lo que se ha sentido testigo. La resurrección se manifestará en la toma de nuevas decisiones en busca de su libertad plena, de su autoafirmación, de su crecimiento, de su fuerza creadora, de su enfrentamiento con las fuerzas de pecado que descubran dentro de sí y en las estructuras propias y las envolventes.

Surgirán aquí diversas formas de realizar la comunión. Ministerios conforme a la realización del único ministerio de la caridad. Diversas formas de realizar el compromiso de su fe. No asimilación de estructuras y formas impuestas, sean rituales o de la vida religiosa, de métodos nuevos de evangelización y de comunión con el resto de las Iglesias diseminadas a lo largo del mundo. No podemos ocultar el fracaso del sistema vocacional en situaciones misioneras, como elemento de escalamada o desintegración cultural. La Iglesia que nace desde el mundo de los oprimidos y más marginados de la tierra que son los nativos, afectará a toda la Iglesia, pondrá en tela de juicio sus estructuras, sus formas teológicas, sus sistemas jurídicos.

No solo se trata de tener fe en que los indios puedan crecer porque son capaces como hijos de Dios. Sino de esperar la transformación profunda de la Iglesia que nos ha de venir de los rincones más despoñados y aplastados. Entenderemos así el alcance que podría tener aquella vieja norma canónica según la cual el trabajo de los territorios de misión era transitorio, hasta que las iglesias locales cobrasen su propio impulso. Como Juan el Bautista diremos: "Conviene que Él crezca y yo disminuya" (Jn 3,30).

BIBLIOGRAFIA
=====

- AMERICA LATINA MISIONERA, Realidades y Experiencias. Seminario de Caracas en Agosto de 1974. Ediciones Paulinas, Bogotá, 1975.
- ANTROPOLOGIA Y TEOLOGIA DE LA ACCION MISIONERA. Ponencias y documento final del Primer Encuentro de Pastoral de Misiones en el Alto Amazonas. Ediciones Paulinas. Bogotá, 1972.
- ANTROPOLOGIA Y EVANGELIZACION. Un Problema de Iglesia en América Latina Ponencias, estudio estadístico y conclusiones del encuentro sobre la Pastoral en las Misiones de América Latina, celebrado en Melgar del 20 al 27 de abril de 1969. Colección DMC. Ediciones Paulinas, 1969.
- EXODO DE LA IGLESIA EN LA AMAZONIA. Documentos pastorales de la Iglesia en la Amazonia peruana. Ediciones Paulinas, Publicaciones CETA, Lima 1976
- GUTIERREZ, Gustavo. Teología de la Liberación. Ediciones CEP. Lima, 1972
- LE GUILLOU, M. J. La Misión como tema eclesiológico. En Concilium (1966) Nº 13. Páginas 406-450.
- DUSSEL, Henrique D. Historia de la Iglesia en América Latina. Edit. Terra Nova. Segunda edición, Barcelona, 1972.
- PRIMER ENCUENTRO PANAMAZONICO DE PASTORAL INDIGENISTA. Manaus, Junio de 1977. Mimeogr.
- PASTORAL INDIGENISTA. Conclusiones del encuentro de Xicotepec, Méjico, sobre la misión de la Iglesia en las culturas aborígenes. Paulinas, Bogotá, 1970.
- DOCUMENTOS DEL CONCILIO VATICANO II Especialmente Lumen Gentium, Dei Verbum, Gaudium et Spes, Ad Gentes, Nostra Aetate, etc.
- MEDELLIN. Conclusiones de la segunda Conferencia general del episcopado latinoamericano.
- EVANGELII NUNTIANDI. Exhortación apostólica de Paulo VI sobre la Evangelización en el mundo contemporáneo, del 8 de diciembre de 1975.

C O M U N I C A D O

DO QUARTO CURSO DE INDIGENISMO PARA MISSIONÁRIOS DA A M A Z Ô N I A
MANAUS, 13 a 28 de janeiro de 1978

Missionários de 14 Prelazias e Dioceses, no termo de seu curso sobre problemas indígenas, vêm ao encontro de interesse da opinião pública expondo neste comunicado final algumas conclusões.

Vivendo em contato constante com índios, somos testemunhas do processo de extermínio que foi implantado aqui pelo colonizador mas que toma novos aspectos e novo ímpeto em nossos dias.

Nós mesmos, os missionários, atentos aos renovados apelos de Deus que ouve os clamores do povo (Ex, 3,7), percebemos nossas omissões e responsabilidades na desagregação dessas culturas e comunidades indígenas. Sentimos que nosso dever chamar a atenção da opinião pública nacional para casos especialmente chocantes, como o massacre dos Waimiri-Atroari que resistiram e resistem à invasão de seu território, mesmo quando varridos à bala para dar passagem à BR 174, depois de rejeitarem uma pacificação capciosa que contra o próprio estatuto do Índio vinha desalojá-los de seu habitat natural. E até hoje a FUNAI continua dando cobertura a esta invasão de bárbaros.

Em toda a extensão do Estado do Amazonas e do Território de Roraima, regiões que abrigam maior número de índios, nenhuma reserva foi demarcada pela FUNAI.

A demarcação feita por Rondon em 1917 foi em 1973 reduzida e alterada deixando a maioria de grupos fora dos limites atuais que estão ocupados pelos fazendeiros mais poderosos da região.

Perto de Altamira, os pacíficos Arara estão cercados por latifúndios e colonizações do INCRA e COTRIJUI, privados de seus terrenos de caça e de cultivo.

No Acre, os índios KULINA e KAXINAMA que escaparam do extermínio, para além dos limites da castanha e da borracha, não conseguem uma reserva em terras ainda desocupadas, mas já na mira dos ambiciosos.

Há neste estado o escândalo do empreendimento do grupo BRADESCO/ATLÂNTICA - BOA VISTA, que recebeu em 1974 e em 1977 certidões negativas sobre territórios habitados pelos KULINA, e onde é diretor responsável o próprio executor da política indígena no governo Médici.

No Rio Negro, até hoje nada garante o território dos índios, ameaçados pelo projeto Perimetral e pela descoberta de minérios.

Da mesma forma não há meio de fazer demarcar uma reserva para os YANOMAMI, pois os projetos encaminhados desde 1969 pelos missionários ao órgão responsável, desapareceram sucessivamente.

Há o problema da terra dos TIKUNA, cerca de 12.000 no alto Solimões esbulhados por patrões ribeirinhos. Seu território até hoje não foi demarcado.

É crítica a situação dos KANAMARI, MARUBO E MAYURUNA do vale do Javri, que se dispersaram e entraram em rápida decadência devido a um bloqueio indiscriminado que a FUNAI lhes impôs de qualquer relação com a sociedade envolvente.

Frente a isso, os missionários apelam à imprensa, às instituições culturais sociais e religiosas, para que levantem sua voz exigindo que se cumpra o Estatuto do Índio que dispõe a demarcação de todas as terras indígenas até 1978.

Somente um movimento amplo de opinião pública poderia contrabalançar e deter a prepotência dos grandes grupos econômicos que destroem no seu avanço os direitos adquiridos dos pobres; as aldeias, culturas e tribo inteiras dos indígenas, e o próprio meio ambiente com devastações gigantescas.

Os "direitos humanos" dos índios são desrepeitados em bloco, e a cada dia a começar pelo direito à vida.

Este curso de indigenismo nos levou a aprofundar o conhecimento e respeito das culturas indígenas; a riqueza, o humanismo, o equilíbrio de seus valores que para nós constituem sinais da presença do Senhor e de sua graça redentora.

É preciso criar uma consciência nacional de reconhecimento e defesa desses valores culturais, que na sua variedade e opulência constituem um verdadeiro patrimônio da humanidade, e talvez mesmo uma perspectiva para a sociedade do futuro.

Nossa ação missionária, colocando-se numa linha de encarnação (à imitação de Cristo que assumiu plenamente a nossa condição humana), assume, como essencial, a cultura de cada comunidade indígena, valorizando sua língua, suas concepções de mundo, e seus costumes. Rejeitamos todo paternalismo e tendência de decidir em vez do índio como muitas vezes se fez no passado e ainda se faz. Ao contrário, queremos dar espaço e criar condições para que o índio organize encontros e colaboração à nível intertribal. É de lamentar que em reuniões interamericanas de índios os representantes do Brasil sejam os eternos ausentes.

Resta-nos esperar que o povo brasileiro, encontre um meio de garantir a sobrevivência dos povos indígenas representando na população do país menos de 0,2 %; que a anunciada abertura política seja benéfica à defesa dos direitos dos índios, que são os que mais sofrem quando dominam à força e o arbítrio.; e que a imprensa prossiga na sua tarefa de esclarecer a opinião pública e os governantes sobre o drama indígena, fazendo a linguagem da verdade prevalecer sobre os interesses do poder econômico.

MANAUS, AM
28 de janeiro de 1978

COMUNICADO

DO SEGUNDO CURSO DE INDIGENISMO PARA MISSIONÁRIOS DA AMAZÔNIA

Manaus, 13 a 28 de janeiro de 1978.

Missionários de 14 Prelazias e Dioceses, no termo de seu curso sobre problemas indígenas, vêm ao encontro do interesse da opinião pública expondo neste comunicado final algumas conclusões.

Vivendo em contato constante com índios, somos testemunhas do processo de extermínio que foi implantado aqui pelo colonizador mas - que toma novos aspectos e novo ímpeto em nossos dias.

Nos mesmos, os missionários, atentos aos renovados apelos de Deus que ouve os clamores do povo (Ex 3,7), percebemos nossas omissões e responsabilidades na desagregação dessas culturas e comunidades indígenas. Sentimos que é nosso dever chamar a atenção da opinião pública nacional para casos especialmente chocantes, como o massacre dos Maimiri-Atroari que resistiram e resistem a invasão de seu território, mesmo quando varridos à bala para dar passagem a BR 174, depois de regeitarem uma pacificação capciosa que contra o próprio Estatuto do Índio vinha desaloja-los de seu habitat natural. É até hoje a FUNAI continua dando cobertura a esta invasão de bárbaros.

Em toda a extensão do Estado do Amazonas e do Território de Roraima, regiões que abrigam maior número de índios, nenhuma reserva foi demarcada pela FUNAI.

A demarcação feita por Rondon em 1917 foi em 1973 reduzida e alterada deixando a maioria de grupos fora dos limites atuais que estão ocupados pelos fazendeiros mais poderosos da região.

Perto de Altamira, os pacíficos Arara estão cercados por latifúndios e colonizações do INCRA e COTRIJUI, privado de seus terrenos de caça e de cultivo.

No Acre, os índios KULINA e KAXINAWA que escaparam do extermínio, para além dos limites da castanha e da borracha, não conseguem uma reserva em terras ainda desocupadas, mas já na mira dos ambiciosos.

Há neste Estado o escândalo do empreendimento do grupo BRADESCO / ATLANTICA - BOA VISTA que recebeu em 1974 e em 1977 certidões negativas sobre territórios habitados pelos KULINA, e onde o diretor responsável o próprio executor da política indígena no governo Médici.

No Rio Negro, até hoje nada garante o território dos índios, ameaçados pelo projeto da Perimetral e pela descoberta de minérios.

Da mesma forma não há meio de fazer demarcar uma reserva para os YANONAMI, pois os projetos encaminhados desde 1969 pelos missionários ao órgão responsável, desapareceram sucessivamente.

Há o problema da terra dos TIKUNA, cerca de 12.000 no alto Solimões esbulhados por patões ribeirinhos. Seu território até hoje não foi demarcado.

É crítica a situação dos KANAMARI, MARUBO e MAYUUNA do vale do Javari, que se dispersaram e entraram em rápida decadência devido a um bloqueio indiscriminado que a FUNAI lhes impôs de qualquer relação com a sociedade envolvente.

Frente a isso, os missionários apelam à imprensa, às instituições culturais, sociais e religiosas, para que levantem sua voz exigindo que se cumpra o Estatuto do Índio que dispõe a demarcação de todas as terras indígenas até 1978.

Somente um movimento amplo de opinião pública poderia contrabalançar e deter a prepotência dos grandes grupos econômicos que destroem no seu avanço os direitos adquiridos dos pobres; as aldeias, culturas e tribo inteiras dos indígenas, e o próprio meio ambiente com devastações gigantescas.

Os "direitos humanos" dos índios são desrespeitados em bloco, e a cada dia, a começar pelo direito a vida.

Este curso de indigenismo nos levou a aprofundar o conhecimento e respeito das culturas indígenas; a riqueza, o humanismo, o equilíbrio de seus valores que para nos constituem sinais da presença do Senhor e de sua graça redentora.

39

É preciso criar uma consciência nacional de reconhecimento e defesa desses valores culturais, que na sua variedade e opulência constituem um verdadeiro patrimônio da humanidade, e talvez mesmo uma perspectiva para a sociedade do futuro.

Nossa ação missionária, colocando-se numa linha de encarnação (a imitação de Cristo que assumiu plenamente a nossa condição humana), assume, como essencial, a cultura de cada comunidade indígena - valorizando sua língua, suas concepções do mundo, e seus costumes. - Rejeitamos todo paternalismo e tendência de decidir em vez do índio - como muitas vezes se fez no passado e ainda se faz. Ao contrário, - queremos dar espaço e criar condições para que o índio organize em - contros e colaboração a nível intertribal. É de lamentar que em reuniões interamericanas de índios os representantes do Brasil sejam os eternos ausentes

Resta-nos esperar que o povo brasileiro, encontre um meio de garantir a sobrevivência dos povos indígenas representando na população do país, menos de 0,2%;

que a anunciada abertura política seja benéfica à defesa dos direitos dos índios, que são os que mais sofrem quando dominam a força e o arbítrio.

e que a Imprensa prossiga na sua tarefa de esclarecer a opinião pública e os governantes sobre o drama indígena, fazendo a linguagem da verdade prevalecer sobre os interesses do poder econômico.

Manaus, AM.
28 de janeiro de 1978.

Questões levantadas durante o Curso durante os dias 14-18/01/78.

1. Fazer a discursão específica sobre as atividades das missões.
2. Qual o trabalho preventivo a ser feito junto as populações?
3. Como situar o trabalho de pastoral indígena (e como se tem feito) diante de uma situação de conflito que envolva, índios, posseiros, INCRA, FUNAI, fazendeiros, Igreja...
4. Como conscientizar as autoridades religiosas e diocesanas sobre a presença desta problemática indígena?
5. Quais os valores indígenas que seriam uma alternativa a nossa sociedade? Como valoriza-los? Como divulga-los?
6. Como reforçar a identidade e a coesão tribal?
7. Como conhecer a realidade particular dos grupos indígenas com os quais se trabalha?
8. Como trabalhar com os índios destribalizados? Com aqueles que tem um contacto regular. Com aqueles ainda isolados.
10. Qual a contribuição que a atividade missionaria pode dar para as demarcações e defesa das terras indígenas?
11. Como favorecer a participação dos próprios índios na condução de seu destino (autodeterminação)
12. As populações indígenas estão se assimilando?
13. As missões podem ajudar os índios? Como?
14. O que os missionários (educadores) pensam o que vai ocorrer, em termos de língua, com seu alunos indígenas?
15. Qual o objetivo principal para o ensino do português, ou mesmo o ensino bilingüe, nas populações indígenas?

Questões para serem respondidas na avaliação da primeira - parte do Curso:

1. Os objetivos e expectativas em relação ao curso estão sendo correspondidas?
2. Quais os problemas e perspectivas que gostaria de ver mais aprofundados?

E V A N G E L I Z A Ç Ã O
=====

Na sequência da missão de Cristo, enviado "para anunciar a boa nova aos pobres, sarar os contritos de coração, anunciar aos cativos a redenção, aos cegos a restauração da vista, por em liberdade os cativos..." (Lc 4,18-19), devem os índios, os mais pobres entre os pobres deste país, merecer a mais seria e urgente preocupação pastoral dos nossos bispos, particularmente daqueles que os tem em suas prelazias, COMO PRIMEIROS RESPONSÁVEIS, e dos superiores, de quem depende muitas vezes, através da colocação ou a promoção dos missionários, uma profícua ação evangelizadora. Daí:

1. Os BISPOS E SUPERIORES procurem:

- a. Participar pessoalmente em cursos de indigenismo ou de outras ciências relacionadas com a atividade missionária.
- b. Ter em conta na colocação e remoção de missionários o bem da comunidade. Uma contínua mudança de missionários é nociva a ação evangelizadora.
- c. Proporcionar uma revisão e formação contínua aos missionários e demais agentes de pastoral através de cursos do CEMI e outros encontros.
- d. Colocar agentes de pastoral junto a cada povo indígena.

2. OS MISSIONÁRIOS PREPAREM:

- a. Adquirir uma preparação adequada e específica
 - . antropológica
 - . lingüística
 - . teológica
- b. Iniciar o trabalho indigenista na companhia de quem tenha já uma provada experiência missionária e procurar renovar-se continuamente através de participação de cursos.

3. A EVANGELIZAÇÃO em si:

- a. Solidariedade autêntica com a situação de vida e problemas concretos dos índios numa atitude de acolhimento e respeito.
- b. Uma atenção escuta do índio em sua cultura e como protagonista da sua própria libertação levando em conta o dinamismo e a fisionomia de cada grupo indígena.
- c. Descobrir, pela fé, a presença de Deus nas sua história e em suas profundas aspirações.
- d. Anunciar quando as circunstâncias o aconselharem, a mensagem libertadora de Jesus Cristo, morto e ressuscitado, e já presente no meio deles.
- e. Evidenciar por um testemunho de vida visível e inteligível, a nossa fé, anunciada pela palavra: e que os meios de que nos servimos na evangelização não se transformem em obstáculos para o encontro da fé e de desintegração cultural.

A EVANGELIZAÇÃO não tem etapas cronológicas. É crescer juntos que interliga toda a vida. É um encontro que exige a permanente conversão tanto de quem evangeliza como do evangelizado.

+++++

T E R R A

- 1. Lutar para que se reconheça que as comunidades indígenas têm direito a terra anterior a toda sociedade nacional e para que se garanta aos índios a propriedade de seu território respeitando-o devidamente como propriedade coletiva, contínua, inalienável e suficientemente extensa para assegurar o incremento das populações indígenas (Barbados I).

2. Para isto é importante insistir no cumprimento do Estatuto do Índio e na demarcação das reservas da forma e no prazo estabelecido por lei (até 1978).

3. Em especial, chama-se a atenção para o caso dos Naimiri-Atroari, dos Makuxi em Roraima, dos Kulinas no Acre, dos índios do Alto Solimões e do Alto Javari, e das áreas culturais do Uaupés e dos Yanomamê.

4. Os missionários tratem de encaminhar aos órgãos do governo projetos claros e fundamentados de reservas. Procurem estabelecer assessorias jurídicas que ajudem os índios e os missionários nos problemas de terra. Mas sobre tudo cuidem que os índios decidam sobre a terra que lhes pertence, defendam e mesmo demarquem o seu território tradicional.

5. As Prelazias e dioceses não se omitam na defesa dos direitos dos índios como tem acontecido no caso dos Naimiri-Atroari; pelo contrário, diretamente ou através da Comissão Pastoral da Terra, tome partido dos oprimidos contra os poderosos que os esbulham. Aliás seria necessário que se tomasse regra o exemplo de algumas prelazias, e congregações que estão se desfazendo de suas terras em benefício dos índios.

+++++

S A U D E E E D U C A Ç Ã O

1. A educação deve ser baseada no respeito à cultura indígena e para isto ser bilingue adaptada a cada comunidade e utilizando, quanto possível monitores e professores da mesma tribo. Promover com urgência maior liberdade dos currículos e programas, pois a rigidez atual impede uma adaptação satisfatória.

2. Convém reestruturar os centros de treinamento de líderes e promover para isto, encontros com todos os interessados (missionários, líderes, autoridades do grupo indígena e alunos).

3. Ao se encaminhar índios para os estudos profissionais ou superiores cuidar que tenham consciência crítica dos mecanismos de dominação da nossa sociedade opressora.

4. Criar ambulatórios nas aldeias com medicamentos adaptados às doenças regionais mais comuns na tribo. Cuidar também da educação preventiva (vacinas, filtros para água).

5. Tratar que a vacinação se faça de maneira racional, e que os medicamentos sejam fornecidos pelos órgãos públicos segundo exigências locais. Estimular a formação de monitores de saúde entre os próprios indígenas.

6. Valorizar ao máximo a medicina indígena. Procurar a colaboração com os órgãos responsáveis e atuantes da região para realizar pesquisas e cursos sobre a medicina indígena.

Reconhecemos que entre os índios, como em qualquer sociedade compete a comunidade e a família educar seus próprios filhos segundo os seus valores e tradições. Assim nossa tarefa é apenas auxiliar e supletiva e se destina antes de tudo a transmitir-lhes determinadas técnicas que lhes permitam sobreviver em contacto com a sociedade nacional.

AUTO-DETERMINAÇÃO

Os grupos indígenas têm o direito à auto-determinação já consagrada em tantas cartas internacionais assinadas pelo Brasil e seus membros tem direito de serem reconhecidos como pessoas responsáveis. Reconhecemos que o índio tem o seu direito especial, anterior ao nosso corpo jurídico. Tornamos nossa a decisão tomada pelo índio presente em nosso curso: "Lutar pela auto-determinação mesmo que nos sujeitemos a prisões e a massacres, vamos conseguir a auto-determinação do povo indígena". Em ordem a auto-determinação:

1. Reconhecer a autoridade dos chefes indígenas, pagés e outros líderes religiosos, anciãos, dentro de suas concepções sociais e familiares. Que as missões sejam as primeiras a romper, na prática, com o regime de tutela a que sujeitaram os índios.
2. Incentivar assembleias indígenas tribais, regionais, nacionais e a sua participação em encontros internacionais.
3. Apoiar a criação de um boletim indígena, feitos por eles e dirigido a quem lhes aprovar.
4. Difundir o ESTATUTO DO ÍNDIO em linguagem acessível entre as populações indígenas, em seus próprios idiomas.
5. O CIMI forneça dados para membros do Congresso Nacional, no sentido que estes tenham condições de fiscalizar, como é o seu dever, o Poder Executivo. O trabalho realizado pela CPI do índio deveria se tornar função permanente de uma Comissão regular do Congresso.
6. As entidades internacionais, como a Comissão dos Direitos Humanos da ONU sejam regularmente informadas dos crimes cometidos contra populações indígenas.
7. A legislação do país reconheça as normas, costumes indígenas nas suas relações internas.
8. Organizar uma Pastoral Indígena Urbana, tendo em vista os indígenas que migraram para as cidades.

+++++ ++++++

ATUAÇÃO JUNTO À POPULAÇÃO ENVOLVENTE

1. Realizar um trabalho sócio-educativo-pastoral que una os índios aos outros setores marginalizados numa luta contra os inimigos comuns.
2. Envolver pessoal de Igreja, comunidades de base, grupos de jovens, associações religiosas etc., pela reflexão bíblica e pela atuação prática, fazendo-os ver que a luta pelos índios é um trabalho evangélico.
3. Articular o trabalho na base com a Comissão Pastoral da Terra
4. Conscientizar a opinião pública em geral, buscando destruir o etnocentrismo e exigir uma tomada de posição ao lado do índio.
5. Enfatizar as denúncias, documentadas, observando juntamente com a base criterios de oportunidades, de fatos e atos lesivos aos índios, inclusive na linha de direitos humanos, nacional e internacionalmente.
6. Divulgar a realidade do índio, dentro e fora do país, na linha da nova pastoral indigenista.
7. Atuar no sentido de obter o reconhecimento, inclusive legal, de que as etnias indígenas têm o direito inerente a fazer prevalecer sua cultura, sua legislação e todo seu modo de vida.

Curso de Indigenismo

Datas: 14 a 28 de janeiro de 1978

Local: Manaus, AM.

Programa:

I. dias 14 e 15 de janeiro: prof. Carlos Alberto Ricardo, prof. da UNICAMP, auxiliado por Lauro Tome e outros...

Tema: análise da situação atual das populações indígenas da região:

- atuação da FUNAI, Universidades, Insitutes
- atuação da Igreja (das Missões)

Horas/aula: dia 14 - 8 horas aula

dia 15 - 4 horas aula

II. dias 15 (parte da tarde), dia 16 e dia 17 (até o meio dia):

prof. Darci Ribeiro

Tema: contribuição da Antropologia para a compreensão dos povos:

- que é antropologia?
- histórico, principais orientações teóricas, contribuição das diversas correntes antropológicas.

Horas/aula: 16 horas/aula

III. dia 17(parte da tarde), dia 18(parte da manhã): prof. Darci Ribeiro

Tema: política indigenista oficial:

- apanhado histórico (colônia, império, república)
- estatuto do índio(legislação atual)

Horas/aula: 8 horas/aula

IV. dias 18 (parte da tarde), dia 19 de janeiro, Prof. Arthur Cesar Ferreira Reis(a confirmar), Prof. Carlos Alberto Ricardo.

Tema: Processo histórico de contato dos índios da Amazônia com a sociedade nacional.

- frentes pioneiras: ocupação territorial
- história da Igreja da Amazônia

Horas/aula: dia 18 - 4 horas/aula

dia 19 - 8 horas/aula total 12 horas/aula

V. dias 21 e 22 de janeiro: prof. Carlos Alberto Ricardo, Prof. Lauro Tome

Tema: ~~xixixix~~ Modelo de Desenvolvimento:

- situação dos camponeses e problemática da ocupação da terra
- modelo econômica atual

Horas/aula: 16 horas/aula

VI, dias 23 e 24 de janeiro: prof. Carmen Junqueira, da PUC-SP

Tema: Problemas decorrentes da fricção interétnica:

• problemática da integração

~~xxxxxxxxxxxxxxxx~~

Horas/aula: 16 horas/aula

VII, dias 25,26,27,28 de janeiro:

- teologia da Missão: Pe. Joaquim Garcia Sanchez, do Centro de Estudios Teológicos de la Amazonia (C.E.T.A.)

- linhas de ação das Missões (Dom Tomas Balduino)

- perspectivas futuras de atuação: colaboração de todos os presentes, especialmente de representantes da Regional da CNBB e das Prelazias.

VIII, durante algumas noites: duas horas de trabalho (7 noites de trab.)

tema: problema da educação, ensino (problema das escolas etc...) Para

isto contaremos com a colaboração específica de Pe. Joaquim Sanchez, bem como de outros prof.

análise de experiências concretas que os diversos missionários e

Prelazias vem fazendo. Para tal pedimos que os missionários

prevenidos possivelmente com visuais e outros materiais.

NB: Pe. Joaquim Sanchez participará de todo curso; Prof. Carlos Alberto

Ricardo estará presente até o dia 24 de janeiro. Contamos

com a presença permanente de Lauro e Tome e possivelmente de Pe. Lourenço Bertolusso.

O curso terá ao todo umas 126 horas/aula.

dia 20 está previsto um dia de descanso

Código - Fontes Consultadas

- F 1 : Dória, C.A. e Ricardo, C.A. - "Populations indigènes du Brésil: Perspectives de survie dans la région dite 'Amazonie légale'". Bulletin - Société Suisse des Américanistes, n° 36, 1972.
- F 2 : Santos, S.C. dos - "Grupos Indígenas do Brasil". La Situación del Indígena en América del Sur, Montevideo, 1972.
- F 3 : CIMI, maio, 1977.
- F 4 : CIMI, julho, 1976.
- F 5 : FUNAI: Relação das Missões, janeiro, 1972.
- F 6 : Rodrigues, A.D. - Línguas Ameríndias. Museu Nacional, Rio de Janeiro.

C U R S O D E I N D I G E N I S M O

O Conselho Indigenista Missionário, CIMI, juntamente com o Regional Norte I da CNBB, vem comunicar a organização de um curso de indigenismo para os missionários que atuam junto aos grupos indígenas da região Amazônica. Este curso se destina aos missionários religiosos e leigos que trabalham diretamente junto aos índios ou que preveem num futuro próximo se engajar neste campo.

O curso terá a duração de 15 dias intensivos e contará com a participação direta de vários antropólogos e outros peritos especialmente convidados.

Por meio deste curso, o CIMI e o Regional Norte I da CNBB esperam proporcionar aos missionários desta região uma ocasião para aprofundarem sua formação "em teologia e nas ciências antropológicas" conforme a conclusão 2.5 do 1º encontro Pan-Amazônico de Pastoral Indigenista, de Manaus (20-25 de junho de 1977).

Este é o 4º curso de indigenismo organizado pelo CIMI, sempre em convênio e com a colaboração direta de Institutos de Pesquisa, Universidades e Centros de Pastoral.

O local do curso será: Casa Jordão - Estrada Aleixo, Km 5 - Manaus, AM (Centro de Treinamento dos padres salesianos). Como o local do curso fica um pouco fora da cidade, pedimos que as pessoas procurem pela: Inspetoria Salesiana - Rua Ramos Ferreira, 820 - Manaus.

A data é a seguinte: início no dia 13 de janeiro de 1978 à noite; encerramento, no dia 28 de janeiro à noite.

Os organizadores deste curso gostariam de realizá-lo sem ônus algum para os participantes, mas levando em conta o alto custo do mesmo, isto se torna impossível. Por esta razão, solicitamos que cada participante, além da passagem, colabore com a metade da estadia. A diária será de Cr\$ 110,00 (cento e dez cruzeiros), devendo, portanto, cada um contribuir com Cr\$ 55,00 (cinquenta e cinco cruzeiros, por dia).

Dado ser um curso com número limitado de vagas e tendo presente a importância de uma preparação anterior, pedimos que se faça a inscrição com antecedência, para podermos enviar a ficha de inscrição e o material de estudo aos participantes. Em vista disto, a inscrição prévia é uma exigência para a participação no curso.

Segue anexo o programa do curso. Maiores informações sobre o mesmo, bem como a inscrição, podem ser obtidas em Manaus:

- com o Pe. Lourenço Bertolusso: Col. Dom Bosco - Av. Epaminondas, 57 - C.P. 437 - Manaus, AM;
- ou pessoalmente na sede do Regional Norte I da CNBB: Joaquim Nabuco, 1023 - C.P. 89 - Manaus, AM;
- ou então no Secretariado do CIMI - CP. 10-2382 - 70.000 - Brasília - DF.

Na esperança de podermos contar com sua presença, e certos de que este curso trará grandes frutos para o trabalho missionário desta região, subscrevo-me, atenciosamente,

Antonio Brand
Antonio Brand
Setor de Cursos - CIMI

